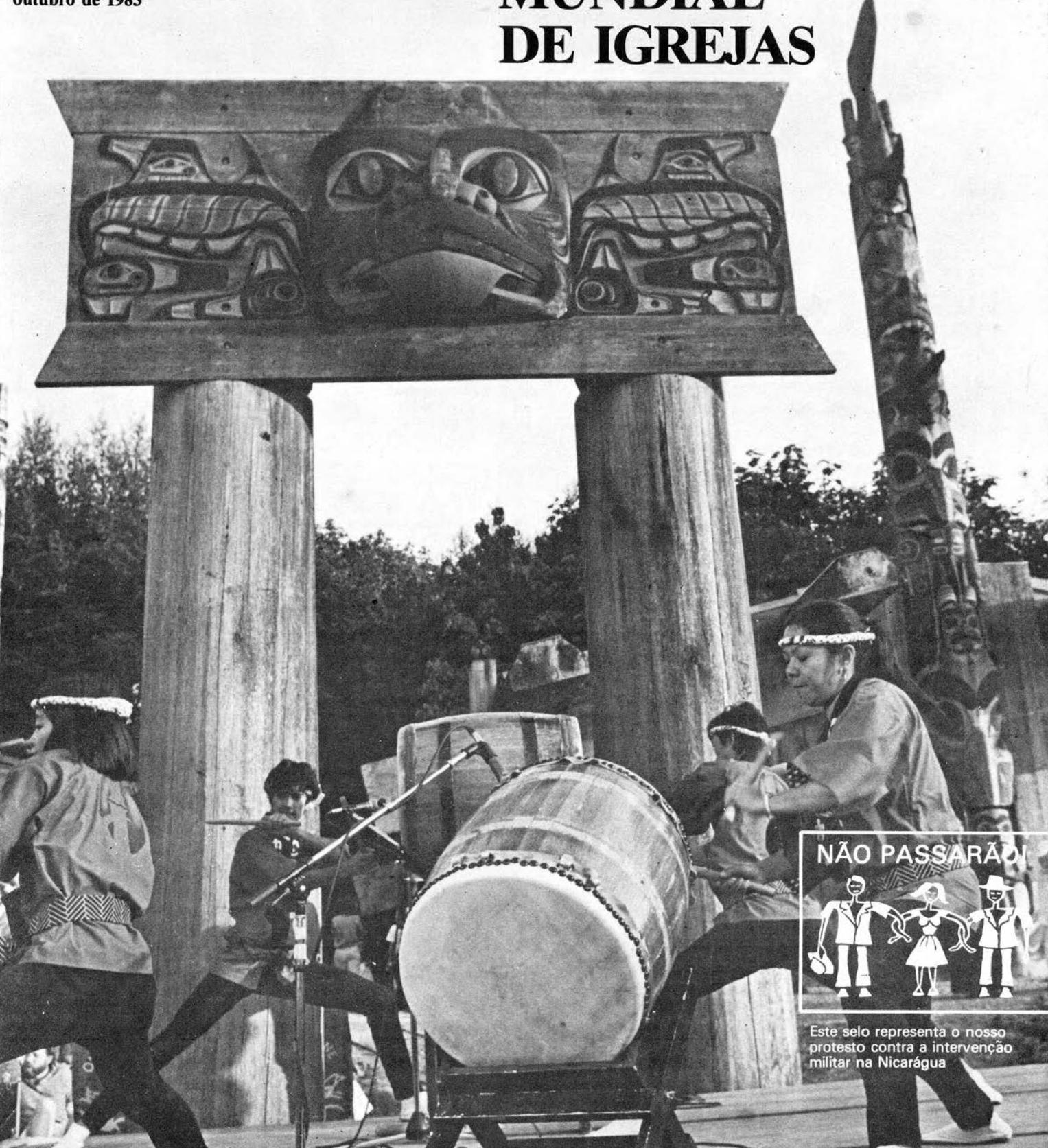


tempo e presença

publicação mensal do CEDI
número 187
outubro de 1983

VI ASSEMBLÉIA DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua

Novas Publicações do CEDI



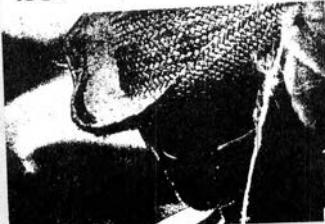
VARAL DE LEMBRANÇAS Histórias da Rocinha

A história contada por quem presenciou e fez o crescimento dessa gigantesca comunidade de trabalhadores. Em alguns momentos o sonho de algumas pessoas, em outros, a crua realidade.

Aconteceu

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
ESPECIAL 13 Setembro de 1983
Foto: Demetrio da Imprensa

TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL 1981



ACONTEceu Trabalhadores Rurais 1981

Cronologia de eventos que fizeram a vida dos trabalhadores rurais, no ano de 1981, feita através de levantamentos das notícias saídas na imprensa.

Cadernos do CEDI 8 IGREJAS/DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Ilustrado com fotos

A problemática do desenvolvimento e da construção de uma sociedade onde haja menos injustiças e desigualdades tem sido preocupação constante de muitas Igrejas Cristãs nos últimos anos. No Brasil como em toda a América Latina, muitos evangélicos e suas Igrejas têm-se comprometido para que os setores populares dos seus países possam desempenhar o papel principal que lhes cabe, na construção de uma sociedade que corresponda aos seus direitos, rompendo com uma situação de injustiça que se prolonga e se acentua há tantos anos.

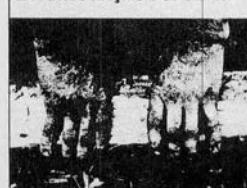
Este caderno é resultante das discussões de cristãos de vários países da América Latina, representantes de muitas Igrejas, de grupos eclesiásticos e de programas de serviço, quando se reuniram em Itaici, setembro de 1980. Eles foram convocados pela Comissão de Ajuda Intereclesiástica, pelo Serviço Mundial de Refugiados e pela Comissão para a Participação das

Igrejas no Desenvolvimento, do Conselho Mundial de Igrejas. *Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular* espera servir para estudo e reflexão a todos cristãos que estejam dispostos a responder, corajosamente, ao desafio que a situação latino-americana está impondo a todos que desejam uma sociedade onde os sinais do Reino de Deus se façam visivelmente presentes.

Cadernos do CEDI

8

IGREJAS/DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR



Cadernos do CEDI 11

PEÕES e GARIMPEIROS terra e trabalho no Araguaia



Cadernos do CEDI 11 PEÕES E GARIMPEIROS, TERRA E TRABALHO NO ARAGUAIA

Ilustrado com fotos e mapas. Já experimentadas no compromisso com as comunidades indígenas e de posseiros, na luta contra a usurpação de suas terras, as equipes de pastoral das Igrejas de São Félix e Conceição do Araguaia foram tomadas de perplexidade diante do surgimento de dois novos contingentes sociais, formados pelos peões das grandes empresas agropecuárias e pelos garimpeiros atraídos pelo "surto do ouro". Quem seriam os peões e garimpeiros, estas enormes levas de homens apartados de suas famílias e de suas origens? A que formas de exploração estariam sendo submetidos no trabalho que realizavam? Em torno de que reivindicações seria possível que se mobilizassem e se organizassem? Finalmente, em que medida a possibilidade aberta de trabalhar nas fazendas a troco de salário, e escavocar o solo em busca de ouro afetaria a capacidade de resistência e a vontade de continuar lutando pela terra, numa região tão marcada por conflitos.

O singular neste Caderno 11 é que os próprios agentes pastorais puseram mãos à obra, fazendo-se pesquisadores do melhor calibre, para investigar as questões colocadas à sua prática e envolvendo nesta tarefa seus amigos de longe e de perto para produzir um texto cheio de informação, ilustrado com mapas e fotos da região.

Faça o seu pedido ainda hoje

Preencha o cupom anexo à revista e junte à ele um vale postal ou cheque nominal a

Agape Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro RJ

no valor das publicações que você deseja receber.

tempo **presença**

publicação mensal do CEDI
número 187
outubro de 1983

Agape Editora Ltda.

Diretor
Domício P. de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

Composição
Prensa
Rua Cte. Vergueiro da Cruz, 26
Tel. 280-8507

Fotolito e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 — Rio de Janeiro — RJ

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Editor Geral
Elter Dias Maciel

Editores
Carlos Cunha
Luis Roncari

Copy Desk
Carlos Cunha

Revisão
Márcia Pimentel

Programação Visual
Anita Slade
Martha Braga

Produção Gráfica
Roberto Dalmasso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura
Vanderlei da Silva Gianotti

Foto de capa: Participação dos indígenas canadenses na Assembléia de Vancouver. (Celebração pela paz)

Recolocar na realidade brasileira atual a missão dos religiosos é o desafio. Eles, que estiveram presentes em nosso país desde a “primeira Missa”, tentam inserir-se da melhor forma possível junto às populações carentes detentoras da “semente escondida” do Reino. Esse é o tema central da entrevista do Frei Clodovis Boff, cedida a companheiros do CEDI, na última reunião nacional da C.R.B.

Mais do que nunca o desafio representado pela mobilização, organização e elevação do nível da consciência dos setores populares que superlotam dominicalmente templos, congregações e capelas por este país afora, coloca-se para os agentes de pastoral católicos e evangélicos.

Uma prática pastoral daquela natureza deve ser informada por uma teologia que supere o discurso meramente metafísico eivado de temas com sofisticada carga de especulação espiritualista, e responda concretamente aos problemas que a referida prática faz emergir.

Elá também sugere uma visão mais crítica e profunda da estrutura social na qual nos encontramos e a revisão de categorias tradicionais de organização das comunidades eclesiásticas, como é o caso das Ordens e Congregações na

Igreja Romana, e das denominações no campo protestante.

Tudo isso significa “reler” as relações de obediência, o sentido dos votos e compromissos, e do sentido do testemunho evangélico em meio ao povo, e do próprio labor teológico. Sob esses imperativos reuniram-se para reflexão os Religiosos do Brasil. Na entrevista em apreço Frei Clodovis indica como eles foram enfrentados e quais os encaminhamentos encontrados, num clima de fraternidade e troca de experiências.

Questões atuais, como o papel da mulher religiosa e dos religiosos (as) negros, também apareceram, o que foi um sinal de grande avanço, já que tradicionalmente estas questões pareciam ser prudentemente evitadas.

No dia 24 de outubro comemora-se o dia das Nações Unidas, o que nos remete aos desrespeitos constantes aos direitos do homem, e às ameaças à paz no mundo pela acumulação do arsenal nuclear. Trata-se de temas candentes que nos constrangem à reflexão e ao engajamento, já que dizem respeito ao presente e ao futuro de todos nós.

Não podemos esquecer que as Escrituras apresentam a paz sempre

relacionada com o equilíbrio na distribuição do produto do trabalho. Os profetas surgiram, com suas enfáticas advertências contra a acumulação de bens e riquezas nas mãos de poucos, em detrimento da maioria. A consequência disso era uma religiosidade pomposa e vazia, já que não retratava justas relações no interior da comunidade.

Para as Igrejas os temas da Paz e da Justiça são sempre presentes, uma vez que vivemos dias difíceis nos quais as contradições são agudas, pondo em risco até mesmo a autenticidade da Celebração Eucarística. A fome, as guerras, a opressão, a exploração e injustiças de toda sorte nos remetem aos profetas, ao mesmo tempo que colocam em xeque a própria vocação profética das comunidades eclesiás, numa sociedade nominalmente cristã.

Nesse espírito, PRESENÇA procura trazer uma variedade de temas, como modesta contribuição à reflexão de todos aqueles que investem num mundo mais fraterno e num Ecumenismo que seja, antes de mais nada, e acima de tudo, um sinal do Reino que luta por implantar-se, e cremos, implantar-se-á, em que pesem as forças destrutivas da desumanização.

SUMÁRIO

4 AS FORÇAS DA MORTE SÃO FORTES. A DÁDIVA DA VIDA EM CRISTO É AINDA MAIS FORTE.” Jether Pereira Ramalho

8 SETE ANOS DE OPÇÃO PELOS OPRIMIDOS

10 CORRIDA ARMAMENTISTA E A LUTA PELA PAZ Manoel C.G. Moraes

14 NICARÁGUA, NICARÁGUA! Carlos Rodrigues Brandão

16 UM, DOIS, TRÊS BATE NO CAMBUÇO OU DÃO OS 100% OU PARAMOS PERNAMBUCO! Ligia Dabul

19 A IGREJA POPULAR: FÉ E INSTITUIÇÃO (II) F. Benjamin de Souza Netto

21 Entrevista CLODOVIS BOFF

24 ENGANANDO A NAÇÃO Joyce Holliday

26 Bíblia Hoje VIVER JUNTOS

28 VIAGEM AO ANTRÔ DO TERROR Rigoberta Menchú

Encarte
CASA DE PEDRAS VIVAS
Philip Potter

“As forças da morte são fortes. A dádiva da vida em Cristo é ainda mais forte.”



Informações sobre a Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas
Vancouver, Canadá, julho/agosto de 1983

Jether Pereira Ramalho

“A visão bíblica da paz com justiça para todos, da plenitude, da unidade para todo o povo de Deus não é, para os seguidores de Cristo, uma opção mais entre ouras várias. É um imperativo do nosso tempo.”

A expectativa era realmente grande. Depois de sete anos, importantes setores das Igrejas cristãs iriam, juntos, à luz da fé e da realidade difícil e desafiante em que vivemos, refletir o testemunho e o significado da Igreja de Cristo no mundo de hoje. Como realmente viver e anunciar o Evangelho de Jesus num mundo, tão dividido, onde os poderes da morte tentam esmagar as esperanças e possibilidades de vida?

Mais de trezentas denominações cristãs, de cem países, cerca de quatro mil pessoas, entre delegados, assessores, convidados, visitantes, reúnem-se por vinte dias, em Vancouver, Canadá, na Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas. As assembléias do Conselho sempre têm marcado momentos importantes no movimento ecumênico e na história da Igreja. Amsterdã/1948 — “A Ordem de Deus e a Desordem do Homem”; Evanston/1954 — “Alegrai-vos na Esperança”; Nova Déli/1961 — “A Unidade, Vontade e Dom de Deus para a sua Igreja”; Upsala/1968 — “Eis que faço Novas todas as Coisas”; Nairóbi/1975 — “Jesus Cristo, Liberta e Une”, foram acontecimentos que definiram rumos e marcaram as posições de importantes Igrejas cristãs, frente a situações difíceis do mundo de hoje. Vancouver era um passo a mais na longa caminhada dos esforços pela unidade dos cristãos, e na sua luta pela justiça.

PREPARAÇÃO

Assembléia de tanta importância e complexidade, naturalmente, exigiu longa e cuidadosa preparação. Mais de cem países, durante dois anos, foram visitados por equipes ecumênicas, que debateram, com as congregações locais, temas e questões que deveriam ser discutidas na Assembléia. Verdadeiro compartilhar de sentimentos e idéias para que Vancouver espelhasse, realmente, o pensamento do complexo mundo ecumênico.

Reuniões, estudos bíblicos, documentos, cânticos, apreensões, muita oração, estavam por detrás da Assembléia e se constituíam no pano de fundo o qual se moviam os participantes. Em muitos países, orações e celebrações davam sustento à Assembléia.

FUNCIONAMENTO

Como possibilitar participação de tantas pessoas, com línguas diferentes, culturas diversas, foi, realmente, grande desafio para a comissão organizadora da Assembléia. As Igrejas do Canadá, com dedicação admirável, proporcionaram acolhida, carinhosa e eficiente, a todos os que vinham participar do grande acontecimento. Da chegada ao aeroporto, até o momento da partida, havia sempre alguém pronto a servir e facilitar as providências que se fizessem necessárias. As instalações da Universidade de British Columbia, com seu vasto e verde campus, possibilitaram condições ideais para todos os trabalhos da Assembléia em grupos, comissões ou plenários.

Organizaram-se, na Assembléia, 65 grupos de referência, comissões para assuntos definidos, grupos de discussões das questões básicas, plenários de diversos tipos, etc., acompanhado de todo esforço possível de comunicação entre os participantes. Eram seis as línguas oficiais: inglês, francês, alemão, espanhol, russo e grego. Todos recebiam documentos em uma dessas línguas, com prontidão e em tempo hábil.

Para os visitantes estabeleceu-se programa paralelo que, muitas vezes, atraía os próprios delegados oficiais. Houve cuidado para que nada impedisse plena participação dos deficientes físicos em todos os momentos da Assembléia.

Diariamente, jornal impresso destacava os eventos principais do dia anterior e a programação imediatamente seguinte.

CELEBRAÇÕES

Pontos altos da Assembléia foram os atos litúrgicos. No culto inicial coube à teóloga inglesa Paulina Webb introduzir o tema geral — “Jesus Cristo — a Vida do Mundo”. Na tarde desse mesmo dia, 24 de julho, no Pacific Coliseum de Vancouver, com presença de mais de 15 mil pessoas, celebrar-se o início da jornada ecumênica, com uma festa que reviveu a história da Salvação, através de cantos, hinos, leituras e coreografias de muitas partes do mundo.

Os cultos, que se realizavam diariamente numa grande tenda de lona, símbolo da peregrinação do povo de Deus, eram conduzidos por participantes de diversos países e tradições cristãs. Cânticos, em diversas línguas, eram pontos altos da liturgia diária.

A celebração eucarística foi momento emocionante. Peculiaridades confessionais, várias perspectivas teológicas e diferentes visões da realidade não resistiram ao apelo de participação em comum, na mesa do Senhor, da vitória do Cristo sobre a morte. Sectarismos e confessionalismos são pequenos para diminuir o profundo significado ecumênico da eucaristia e do testemunho cristão.

A vigília de oração pela paz, relembrando os trágicos acontecimentos de Hiroxima e Nagasáqui, fizeram com que, durante toda uma noite, a Assembléia, em oração, intercedesse a Deus por um mundo melhor. Foi verdadeiro acontecimento pentecostal e ato de penitência e compromisso.

OS GRANDES TEMAS DA ASSEMBLÉIA

A afirmação de Jesus Cristo, como a vida do mundo, permeava todas as discussões. Entre muitos temas, alguns poderiam ser relacionados como mais significativos, tais como: Unidade da Igreja, Paz e Justiça, Direitos Humanos, Testemunho no mundo de hoje e a Igreja frente às grandes questões internacionais. O *Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI* — está preparando um caderno especial, onde vão constar os principais pronunciamentos e decisões da Assembléia.

O IMPERATIVO DA PAZ E DA JUSTIÇA

Em todos os recantos do universo, clamores contra a possibilidade de uma nova e catastrófica guerra e condenações às dramáticas situações de injustiça vão se tornando mais constantes e poderosas. Não seria admissível que uma comunidade de cristãos ficasse calada frente a tão forte desafio. O documento da Assembléia sobre essa questão proclama:

“As igrejas estão chamadas, hoje, a fazer uma nova confissão de sua fé, a arrepender-se do tempo em que guardaram silêncio ante a injustiça ou as ameaças da paz. A visão bíblica da paz com justiça para todos, da plenitude, da unidade para todo o povo de Deus não é, para os seguidores de Cristo, uma opção mais entre outras várias. É um imperativo de nosso tempo.”

“Desde seu início, a paz e a justiça têm sido preocupações principais do movimento ecumênico. O Conselho Mundial de Igrejas nasceu em tempos de guerra. Seus principais passos desenvolveram-se entre rumores de possível início de guerras mundiais. Desde então, tem condenado a guerra e dedicado esforços, quase constantes, para evitá-la, para ajudar as vítimas de conflitos armados e impedir o reinício da guerra. Tem denunciado as injustiças que conduzem aos conflitos, apoiado grupos de movimentos que lutam pela justiça e pela paz, procurando estabelecer canais de comunicação que levem à solução pacífica dos conflitos. Tem assinalado, repetidas vezes, às Igrejas e, por meio delas, aos governos e ao público em geral, as ameaças à paz, à sobrevivência, e a crise que se agudiza cada vez mais. Agora, tem-se produzido uma nova situação que exige vinculação mais perceptível das ações em favor da paz e da justiça.”

OS DIREITOS HUMANOS

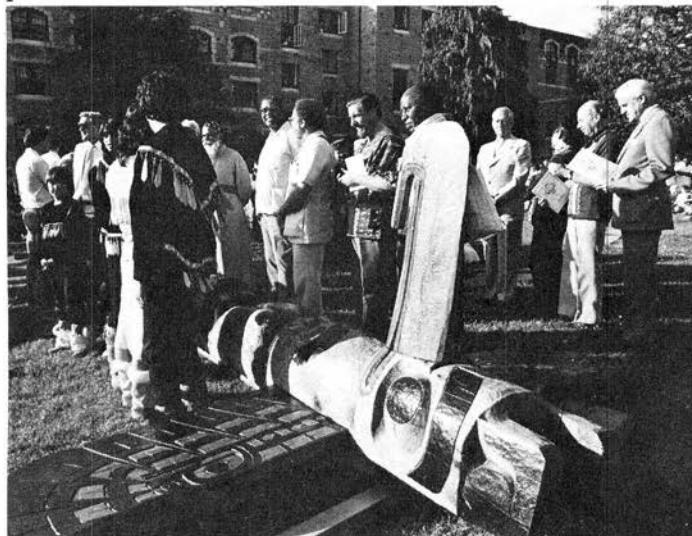
Também esta temática esteve fortemente presente nos debates. São reconhecidos, por todos, os esforços do Conselho Mundial de Igrejas na luta pela dignidade do homem em qualquer parte do mundo. Não se trata de uma posição humanista apenas, alicerça-se e inspira-se no próprio Evangelho de Cristo.

Vale destacar alguns trechos do documento da própria Assembléia sobre os Direitos Humanos:

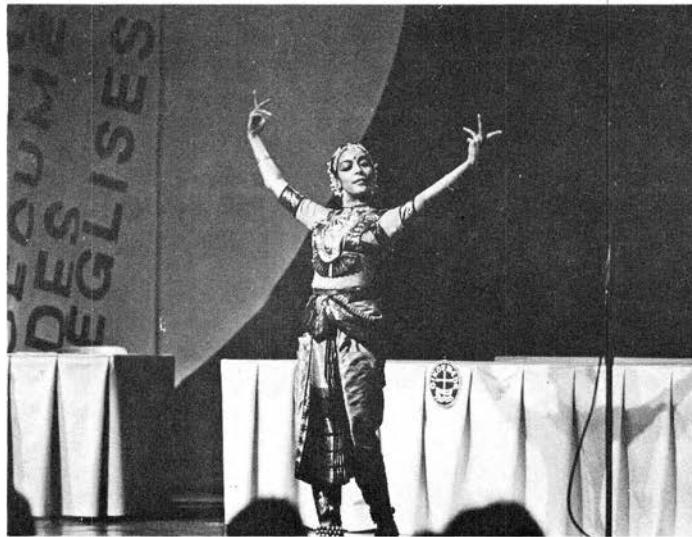
“A Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas regozija-se e dá graças a Deus pelo crescente compromisso, no trabalho, em favor do respeito aos direitos humanos, na vida e na ação das Igrejas do mundo inteiro, desde a Assembléia de Nairóbi. Muitas pessoas, incluindo cristãos e dirigentes eclesiásticos, foram detidas e torturadas, ou perderam a vida servindo a Deus e à Humanidade. A comunidade ecumênica tem participado, em forma crescente, com expressões concretas de solidariedade internacional na luta pela dignidade humana, através, freqüentemente, do Conselho Mundial de Igrejas e de organismos ecumênicos regionais, nacionais e locais.”



1



2



3

1. Uma das celebrações da VI Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas

2. Todos ajudaram a levantar o Totem dos índios canadenses, em frente à Escola de Teologia de Vancouver.

3. A beleza da dança tradicional da Índia na VI Assembléia

No terreno dos direitos humanos se está conseguindo uma eficaz cooperação entre a comunidade cristã e os povos de outras religiões e ideologias, que se baseia em um compromisso comum com os valores humanos e as comunidades sociais.

Não obstante, as tarefas se têm tornado mais difíceis, as violações dos direitos humanos em muitas partes do mundo são mais freqüentes e mais graves, e as Igrejas devem confessar, com humildade, que não têm feito o bastante para oporem-se às forças do mal e da morte, e, às vezes, têm sido até cumplices dessas forças.

Tal como se afirma no lema desta Assembléia — Jesus Cristo é a vida do mundo — todos os seres humanos, independente de sua raça, sexo ou crença, têm sido criados por Deus, como indivíduos, e dentro da comunidade humana. Entretanto, o pecado ocasionou a corrupção do mundo, o que deu como resultado a destruição de uma relação justa entre os homens. Ao reconciliar a Deus com a humanidade e a criação, Jesus Cristo reconciliou os seres humanos entre si. O amor ao nosso próximo é a essência da obediência a Deus.”

AS GRANDES QUESTÕES INTERNACIONAIS

Não poderiam estar ausentes, no centro dos debates e das decisões, os graves conflitos internacionais que sacodem o nosso tempo. As igrejas estavam sendo chamadas a dar uma palavra e um juízo sobre situações tão dramáticas. Assim, foram aprovados pronunciamentos, entre outros, sobre a América Central (especialmente Nicarágua, El Salvador, Guatemala), Afeganistão, Oriente Médio, África do Sul, ilhas do Pacífico, Armênios. Convidamos os leitores a tomarem conhecimento, na íntegra, desses importantes documentos que publicaremos proximamente.

Com referência à América Central destacamos os seguintes parágrafos da declaração aprovada:

“A Assembléia expressa às Igrejas da América Central a profunda preocupação e solidariedade que a comunidade ecumênica mundial — as irmãs e irmãos em Cristo — sente ante as graves ameaças que pesam contra a vida dos seus povos, e reitera seu firme compromisso no que respeita ao testemunho, ministério e presença das Igrejas nessa região.

Opõe-se energicamente a todo tipo de intervenção militar — aberta ou encoberta — dos Estados Unidos ou de qualquer outro governo na América Central. A Assembléia aplaude as proféticas expressões de condenação a essa intervenção formulada pelas Igrejas dos Estados Unidos e as exorta a que intensifiquem seus esforços por conseguir mudança radical na política estadunidense para a região. Insta às Igrejas-Membros de outros países a que solicitem energicamente de seus respectivos governos para que exerçam pressões sobre o Governo dos Estados Unidos a fim de que modifique radicalmente sua política militar, como passo construtivo no sentido da pacificação da região”.

A SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS

Os povos indígenas estiveram, também, no centro de atenção da conferência. A presença física dos indígenas do Canadá, que mantiveram acesa uma fogueira durante todo o período de reuniões e ofereceram um lindo totem ao Conselho, como reconhecimento pela sua luta em favor da causa indígena, era motivação a mais para se debater a questão dos indígenas. Como se esperava, reafirmou-se o apoio ao Programa de Combate ao Racismo e todos os esforços das Igrejas para garantirem a autodeterminação das comunidades indígenas, o direito às suas terras, assim como contra todas as formas de discriminação racial. Nas palavras do arcebispo Ted Scott, primaz da Igreja Anglicana do Canadá, o Programa de Combate ao Racismo é o exemplo valente transformado em palavras e ação que traduz melhor o trabalho do Conselho nestes últimos sete anos.

UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Outro destaque da Assembléia foi o cuidado de que se proporcionasse plena participação de diversos setores sociais das Igrejas na vida, nos trabalhos e nos centros de decisão do Conselho.

Assim, a presença de mulheres, jovens, leigos, clérigos, deficientes físicos, representantes de diversas etnias, religiões e confissões era buscada de forma intensa e, algumas vezes, até de forma inflexível e absoluta. Tais critérios visaram garantir equitativa presença de setores das Igrejas e da sociedade que, quase sempre, são excluídos desses postos de poder, e ainda sinais concretos de política participatória e democrática, em oposição a verticalismos clericais que foram e ainda são presentes na vida de algumas Igrejas. Naturalmente, esses critérios precisam ser aperfeiçoados e ampliados, não se restringindo apenas às categorias de idade, sexo, região e confissões. É preciso, agora, incluir também os operários, camponeses, índios, etc.

Para o Comitê Central, composto de 145 membros, órgão máximo que dirige o Conselho, no interregno das Assembléias, foram eleitos 17 jovens de menos de 30 anos, 38 mulheres e 40 por cento de leigos. Na Assembléia, como delegados votantes, de um total de 835 participaram 248 mulheres e 113 jovens. Do Brasil, foram eleitos para o Comitê Central o pastor luterano Meinrad Piskie e o jovem pentecostal de "O Brasil para Cristo", Paulo Lutero de Melo.

OS NOVOS PRESIDENTES DO CONSELHO

O número de presidentes do Conselho foi aumentado de seis para sete, devido à expansão do movimento ecumênico e para garantir maior representatividade das diversas religiões do mundo.

Foram eleitos, para os próximos sete anos, os seguintes presidentes, sendo quatro homens e três mulheres:

Dra. Lois Wilson, da Igreja Unida do Canadá

Sra. Marga Bührig, da Igreja Reformada da Suíça

Sra. Nita Barrow, da Igreja Metodista de Barbados
Bispo Walter Makhulu, da Igreja da Província Central da África.

Bispo Johannes Hempel, da Igreja Evangélica Luterana da Alemanha

Patriarca Ignatios, da Igreja Ortodoxa Grega.

Paulo Mar Gregórios, da Igreja da Índia.

O CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS AMPLIA-SE

Sem dúvida, a Assembléia de Vancouver marcou ampliação e fortalecimento do movimento ecumênico. Os grupos fundamentalistas que tentaram questionar a Assembléia e apresentar críticas ao trabalho do Conselho foram absolutamente inexpressivos e algumas vezes ridículos, pelas acusações simplistas e sem fundamentos que veicularam. Não há como negar que o movimento ecumênico é um dos mais importantes acontecimentos de nosso século. Pode haver divergências, oposições e críticas, mas a reafirmação da unidade em Cristo e o corajoso testemunho do seu Evangelho, num mundo cheio de tensões, ultrapassam barreiras denominacionais e sectarismos estreitos.

Duas novas Igrejas foram aceitas no Conselho: a Convenção Batista de Nicarágua, que assim amplia a já considerável participação batista no movimento ecumênico e a Igreja Presbiteriana da África do Sul. Também o Exército da Salvação reafirmou o seu apoio ao Conselho, desmentindo publicamente explorações que se fizeram sobre sua posição anterior. Muitas outras Igrejas estão solicitando sua filiação, inclusive a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. Uma delegação da Igreja Católica Romana esteve presente, como observadora, assim como representantes de outros agrupamentos religiosos mundiais.

MENSAGEM DA ASSEMBLÉIA

Estamos publicando, na íntegra, neste número de Presença, a mensagem de esperança e de compromisso que as Igrejas, representadas em Vancouver, enviam a todas as partes do mundo. Destacamos o seguinte trecho da mensagem:

"As forças da morte são fortes. A dádiva da vida em Cristo é ainda mais forte. Nós nos comprometemos a viver esta vida com todos os seus riscos e alegrias, e, portanto, podemos gritar com todas as hostes celestiais: "Ó morte, onde está tua vitória? Cristo ressuscitou! Ele ressuscitou verdadeiramente!"



Jether Pereira Ramalho é coordenador da Pastoral Protestante do CEDI e participou da 6ª Assembléia do CMI em Vancouver.

SETE ANOS DE OPÇÃO PELOS OPRIMIDOS

UMA CAMINHADA

De Nairóbi a Vancouver, a trajetória do Conselho Mundial de Igrejas procurou acompanhar a renovação da humanidade "tentando responder às necessidades humanas em todas as partes do mundo, sendo solidários com os oprimidos e marginalizados, manifestando-se e atuando em situações de conflito" — assim o secretário geral do CMI, Philip Potter falou aos delegados na primeira sessão da assembléia.

Ele utilizou-se da imagem bíblica das "pedras vivas", extraída da carta de Pedro e publicada como material preparatório para o encontro, para referir-se ao que deve ser o movimento ecumênico: "Um chamado de Cristo, pedra viva, para que sejamos pedras vivas, compartamos sua vida e continuemos seu ministério de sofrimento com esperança pela humanidade". Para cumprir esta tarefa, o teólogo do Caribe entende de ser preciso "acabar com a tendência a idolatrar as formas herdadas de poder e prestígio, e, sobretudo, com o hábito paralisante de auto-suficiência ou da mendicância obessequiosa, para dar lugar ao verdadeiro intercâmbio gerado pelo amor recíproco".

CRISTO, VIDA DO MUNDO

O tema da assembléia de Vancouver — Jesus Cristo, Vida do Mundo — foi apresentado por Theodoro Stylianopoulos, sacerdote da Igreja Ortodoxa Grega e professor de Novo Testamento nos Estados Unidos: "Reunimo-nos aqui, representantes de todas as partes do mundo, desde a União Soviética à África do Sul, desde a Inglaterra até a Argentina, desde o Japão até a Índia, para proclamar que Cristo é a vida do mundo".

A exposição do professor Theodoro foi um canto cristológico e ao mesmo tempo antropológico. Baseado na "teologia grega do compartilhar", afirmou: "O Filho de Deus se fez homem para que os seres humanos pudessem tornar-se filhos de Deus". Concluiu a conferência dizendo:

"A afirmação de que Cristo é a vida do mundo significa, sobretudo, uma exortação aos próprios cristãos a um arrependimento radical, a uma renovação espiritual, a um processo rápido em direção à unidade, ao testamento comum, a uma ação profética, para que estejam dispostos a morrer por outros em nome de Cristo".

NEGAÇÃO DA VIDA

Já o presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, Allan Aubrey Boesak, da África do Sul, afirmou: "Nós ainda não compreendemos que cada ato desumano, cada declaração de fé nas armas de destruição massiva, cada lei injusta, cada morte prematura, cada justificação da violência e da opressão é um sacrifício no altar dos deuses falsos da morte, é uma negação do Senhor da vida".

Boesak foi longamente aplaudido e afirmou à imprensa: "Deve-se desconfiar das críticas que as Igrejas do Norte fazem sobre a violência. Elas estabeleceram a teoria das guerras justas para construir suas nações e agora se transformam em defensoras do pacifismo". Também manifestou estar convencido de que a violência não resolve os problemas e que a Igreja, ante uma situação de violência, deveria optar pelos pobres e oprimidos".

A CIVILIZAÇÃO DA MORTE

Tendo como ponto comum a experiência do sofrimento, seis expositores — da Tchecoslováquia, Austrália, Líbano, Bolívia, Uganda e Coréia — condenaram a tendência para a morte que caracteriza a atual civilização.

Helen Caldicott, da Austrália, descreveu de forma patética o que seria uma guerra nuclear — "muitos cientistas e estadistas importantes dos Estados Unidos predizem que podemos nos considerar afortunados se chegarmos a passar o ano de 1990 sem uma guerra nuclear" — e definiu a situação de hoje como "uma consequência dos apetites infantis das superpotências".

Kyung Kyu Park, da Coréia, dirigiu-se aos povos do Primeiro Mundo, falando em nome dos representantes do Terceiro Mundo: "Para conservar o que vocês têm — riqueza, poder, prestígio, honra e a reputação de pertencer ao Primeiro Mundo — devem possuir um maior poder destrutivo. Para garantir a segurança de seus países, exportam armas, mísseis e ogivas nucleares a outros países do mundo inteiro. E, para que vocês possam justificar a corrida armamentista e a competição entre países do Primeiro Mundo, alguns povos como Coréia e Alemanha devem permanecer divididos". Assim, concluiu, "a liberdade se converteu em inimiga da paz, segundo essa lógica da divisão e da guerra fria".

Domitila Barrios, que participou de uma greve de fome, em 1977, na Bolívia, falou sobre a situação dos mineiros bolivianos e da luta de libertação de seu povo: "Queremos viver livres e vamos nos defender até com as unhas, mas não permitiremos o retorno de ditaduras, que tiram todas as liberdades democráticas do povo".

Frieda Haddad contou que existe no Líbano uma "cultura de refúgio", já que a população da cidade de Beirute vive escondida embaixo da terra para se defender dos bombardeios contínuos, e concluiu: "O sabor da morte ao nosso redor torna vãs todas as nossas ilusões".

MILITARISMO ANULA A CRIAÇÃO

A Vida em sua Plenitude foi o tema apresentado pela teóloga alemã, Dorothee Sölle. Falou da impossibilidade de sobrevivência dos empobrecidos e do vazio existencial dos povos ricos. "Quem pode avaliar o que significa para uma mulher do nordeste brasileiro esperar um filho nove meses e chorar durante os três primeiros meses de vida dele porque sabe que não poderá criá-lo?", perguntou a teóloga.

Sölle comparou o jovem rico do Evangelho com um alemão da classe média que, "na aparência possui a plenitude da vida em forma de numerosos bens, mas que sente um enorme vazio interior". Esse homem é como o jovem rico: "Cumpriu todos os



Peter Williams

mandamentos. Falta-lhe apenas uma coisa: o sentido da vida".

Da mesma forma, prosseguiu, "o capitalismo veio para converter tudo em dinheiro: essa é a morte prolongada que percebemos nos rostos vazios". E tipificou o que chama de "teologia de discriminação":

"A riqueza cumpre a função de um muro, muito mais intransponível do que a muralha de Jericó: nos isolamos, nos colocamos fora do alcance, nosso muro se torna à prova de som, de forma que não podemos ouvir os gritos dos oprimidos e dos miseráveis. A discriminação não se constitui simplesmente num sistema político de um país africano; é uma maneira determinada de pensar, de sentir e de viver sem ter consciência do que sucede a nossa frente. Existem uma maneira de praticar a teologia sem ter nunca em conta o escutar os pobres e as vítimas da exploração econômica: é a teologia da discriminação (o apartheid)".

Por fim destacou uma nova missão para os cristãos dos países desenvolvidos: "Nosso dever histórico é lutar pela paz e contra o militarismo, como foram de participar nas lutas de libertação do Terceiro Mundo. O militarismo é a maior prova do que o homem fez para livrar-se definitivamente de Deus, anulando a criação e impedindo a redenção que conduz à plenitude de vida".

O PÃO E A VIDA

Trabalho e pão para todos, com uma distribuição mais justa do poder político — esta a definição do sub-tema Vida em Unidade, apresentado pelo economista Jan Pronk, da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNCTAD). Ele iniciou fazendo uma análise histórica:

"No passado havia vários mundos na terra que se relacionavam pouco. O colonialismo e a revolução tecnológica nas comunicações, originado ambos no mundo ocidental, tornaram tudo uma sociedade feudal global, controlada por uma elite industrial que não reparte recursos, trabalho e pão com os empobrecidos".

E atribuiu a crise atual a duas razões:

"O sistema econômico estabelecido após a segunda guerra mundial, cuja prioridade é sustentar a estabilidade e o crescimento dos países ocidentais e as políticas egoístas e protecionistas a curto prazo adotadas pelos governos de centro, que não tentam corrigir as deficiências fundamentais e provocam cada vez mais caos".

Ex-ministro de Desenvolvimento da Holanda, Jan Pronk acredita que a vida em unidade está muito longe de se tornar realidade: "Os ricos não entregam mais trabalho, mais pão aos pobres de mão beijada. Para conquistar isto é necessário lutar, negociar como fizeram os sindicatos após a Revolução Industrial no Primeiro Mundo".

Insistindo em medidas concretas, acertadas e imediatas, Pronk enfatizou que as Igrejas, como movimento social baseado na ética, têm um papel essencial a representar. Por sua representatividade e presença em muitas partes, podem exercer pressões, organizar o povo, facilitar negociações. Assim poderiam contribuir para o que se pode chamar de "uma nova ordem econômica internacional, o socialismo democrático internacional, ou vida em unidade, ou, ainda, sociedade justa e viável, fundamentada na participação".

PAZ E JUSTIÇA

"Estamos a beira da destruição, enquanto reservas de armas de destruição massiva e de efeitos indiscriminados se vão acumulando, e o comércio, em espiral de armas convencionais, contribui para a crescente perda de vidas humanas em conflitos nacionais e regionais registrados em todo o

mundo". O texto é da declaração sobre Justiça e Paz, apresentada à Assembléia de Vancouver por William Thompson, delegado da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos.

O documento fala sobre o perigo da corrida armamentista — "diariamente são gastos nos Estados Unidos quase dois milhões de dólares em armamentos" — e chama as Igrejas a fazer "uma nova confissão de fé, e a arrepender-se do tempo em que guardaram silêncio frente a situações de injustiças e de ameaças à paz". Destaca o novo enfoque ecumênico para o problema:

"Sem justiça para todos e em todos os lugares, não teremos nunca paz em nenhum lugar. O de que precisamos é de uma união deliberada das lutas em favor da paz e da justiça".

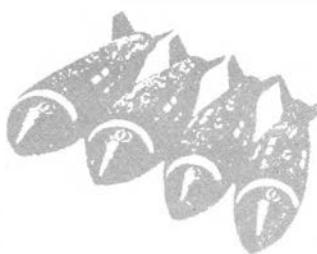
Mais adiante, estimula as Igrejas a "acolherem com agrado todas as iniciativas que conduzam ao desarmamento — nuclear e convencional — e contribuam para desmistificar as atuais doutrinas de segurança nacional, elaborando novos conceitos de segurança baseados na justiça e nos direitos dos povos".

Finalmente, assinala que 1986 será o "Ano Internacional da Paz", decretado pelas Nações Unidas, fazendo um chamamento às Igrejas e aos cristãos "para que se apóiem reciprocamente com amor, na luta pela paz e a justiça, proclamando e servindo a Cristo, Príncipe da Paz, Vida do Mundo".

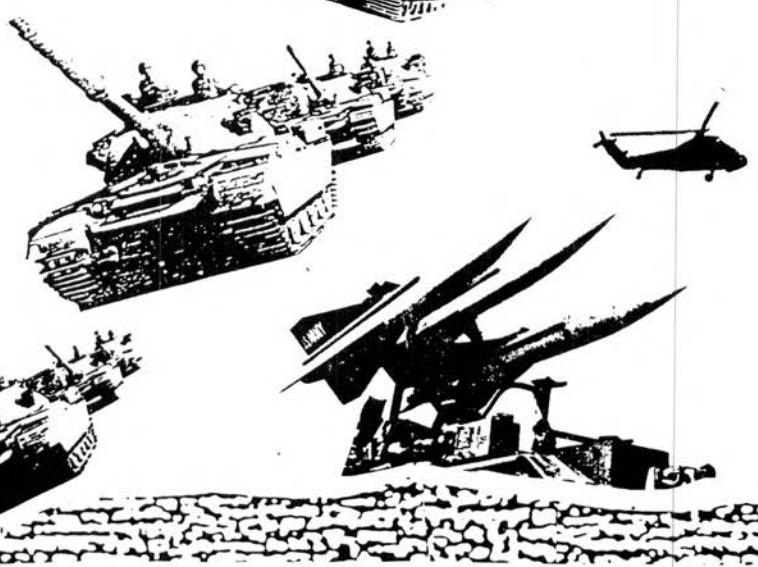
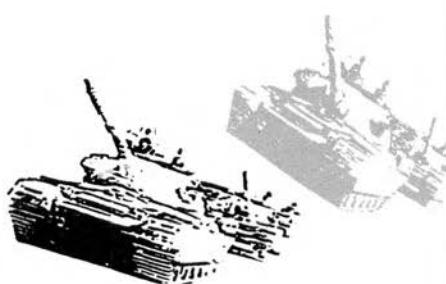
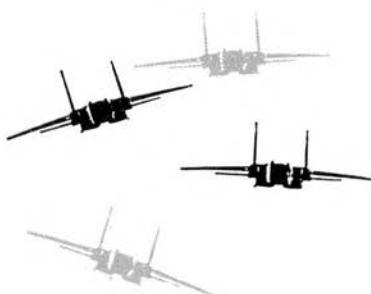


Alguns destaques são reproduzidos do boletim "Informação IECLB" Ano 5, nº 55.

CORRIDA ARMAMENTISTA E A LUTA PELA PAZ



Manoel C. G. Moraes



Através de uma seleção de textos da ONU sobre a corrida armamentista no mundo, Manoel C. G. Moraes mostra como é necessária uma luta incessante pela paz e pelo desarmamento.

INTRODUÇÃO

A escalada de guerra, a nível mundial, é um fato incontestável. Quem não ouviu falar do massacre dos palestinos no Líbano? Da guerra das Malvinas? Da invasão russa no Afeganistão? Das batalhas sangrentas que se travam hoje na América Central e no Sudeste Asiático?

Evidentemente, não se pode falar de guerras sem falar de armamentos. As lutas corporais já, há muito, saíram do cenário mundial. Hoje, as guerras e os combates desenvolvem armas sofisticadíssimas que vão desde fuzis até armas químicas e bacteriológicas, passando pelas terríveis armas atômicas. Essas guerras e a indústria de armas envolvem uma monstruosa quantidade de dinheiro, bem como de interesses.

Entre as várias entidades internacionais que se têm preocupado com o problema da corrida armamentista, tem-se destacado a ONU. O diretor geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'bow, em declaração efetuada em "O Correio da UNESCO" (2, 3), enfatizou um dos objetivos essenciais dessa entidade:

"A UNESCO tem como tarefa essencial criar uma corrente favorável ao desarmamento e à cooperação pacífica, através da informação e da educação. Um de seus principais objetivos deve ser a luta pela inclusão de matéria relativa ao desarmamento nos currículos escolares e universitários, ou onde quer que se adquiram conhecimentos. Trata-se, pois, de fazer a opinião pública conscientizar-se do ônus que as guerras acarretam e dos benefícios imensos da paz, para então exercer pressões e apoiar os governos na marcha para o desarmamento. Trata-se de persuadir e convencer, de apelar não só à razão e ao bom senso, mas também à generosidade e à solidariedade — o que beneficiará uns e outros. Este é um combate longo e difícil, ingrato às vezes, pois são as idéias que devem fazer silenciar os canhões; mas é também um combate em que repousa toda a esperança do mundo."

Com o mesmo espírito dos objetivos citados pela UNESCO reproduz-se a seguir alguns trechos de documentos, sendo o principal deles o da ONU (4), publicado em 1981.

CORRIDA ARMAMENTISTA OU SOBREVIVÊNCIA DA RAÇA HUMANA? A ESCOLHA DA HUMANIDADE (4)

“É essencial que não somente os governos mas também as pessoas reconheçam e entendam os perigos da situação atual...

Afastar a ameaça de uma guerra mundial — uma guerra nuclear — é a tarefa mais sensata e urgente de nossos dias. A Humanidade está frente a frente à escolha: *ou paramos a corrida armamentista e iniciamos o desarmamento ou estaremos face à destruição completa.*” (Extraído do Documento Final aprovado em 30 de junho de 1978 pela Assembléa Geral das Nações Unidas em sua primeira sessão especial sobre o desarmamento.)

MAIS ARMAS, MENOS SEGURANÇA (4)

Imediatamente após terem cessado os combates da Segunda Guerra Mundial, o objetivo de alguns países era a fabricação ou aperfeiçoamento da bomba atômica. Em sua busca por segurança, ansiavam por um tipo maior e “melhor” de bomba. E assim começou a maior, mais cara e mais perigosa corrida armamentista da história humana.

Jamais uma corrida armamentista havia colocado a humanidade em tal dificuldade. Nunca antes os Estados haviam possuído os meios para infligir aos outros tal devastação. Nunca antes a humanidade estivera frente à possibilidade real da autodestruição.

Hoje, orientada em grande parte pela competição entre as maiores potências militares, *a corrida armamentista atingiu um ponto crítico. O futuro da humanidade — na realidade, de toda a vida na terra — está ameaçado.*

Atualmente o número de armas nucleares atinge a casa dos dez mil — um poder explosivo total de um milhão de bombas de Hiroshima — quantidade suficiente para destruir o mundo diversas vezes.

O comércio mundial de armas não-nucleares (convencionais) está crescendo.

À parte o extremo perigo que elas representam, o custo da corrida armamentista é colossal, como nos ilustra o seguinte:

- A corrida armamentista tem consumido desde a Segunda Guerra Mundial mais de 6 trilhões de dólares — a gigantesca cifra de 500 bilhões somente em 1980, ou quase um milhão a cada minuto!
- Vários dos países mais pobres do mundo têm entrado na corrida armamentista. Alguns despendem agora na área militar tanto quanto o fazem na agricultura — enquanto a produção de alimentos per capita declina e as pessoas morrem de fome.

• Mais recursos são despendidos mundialmente, hoje, em atividades militares que em educação, medicina ou qualquer outro campo social.

Vários dos maiores problemas enfrentados hoje pelas nações do mundo — desenvolvimento, disparidades econômicas, inflação, poluição, energia e matérias-primas, relações comerciais e tecnologia — são agravados pela corrida armamentista, e os progressos em áreas como saúde, educação e habitação são retardados pelo desvio de recursos para fins militares. Somente 5 por cento dos 500 bilhões de dólares gastos anualmente em armas bastariam para alcançar o objetivo oficial de assistência ao desenvolvimento estabelecido na Estratégia de Desenvolvimento Internacional para o Desenvolvimento das Nações do Terceiro Mundo (decênio 1981-1990).

Os governos justificam a expansão de seus programas militares como essencial para a “defesa” ou “para preservar a paz”. É ainda a presença de inúmeras armas mortíferas no mundo, muitas delas prontas a atacar, juntamente com uma crescente expansão do estoque e constante refinamento de armas de todos os tipos, que coloca hoje a ameaça sem precedentes da autodestruição da humanidade.

A corrida armamentista aumenta, sobretudo, o risco de uma guerra nuclear.

Já foi o tempo em que a posse de enormes reservas de armamentos, particularmente armas nucleares, assegurava a garantia de segurança. Pelo contrário, elas colocam muito mais ameaça que proteção ao futuro da humanidade.

A genuína segurança, hoje, somente pode ser encontrada no abandono do uso da força das relações internacionais e procedendo-se ao desarmamento, num processo gradual que deve ser iniciado com a redução do nível atual de armamentos.

O CRESCIMENTO EXCESSIVO DAS ARMAS CONVENCIONAIS (4)

Durante os trinta e seis anos desde que foram criadas as Nações Unidas, o mundo tem assistido a centenas de casos de guerras convencionais que resultaram em milhões de baixas e grande destruição. Deste modo, com base em sua freqüência de uso e no grau de mortalidade e destruição que tem causado, o armamento convencional tem cada vez mais dominado a atenção internacional. Além disso, as armas convencionais e as forças armadas consomem por volta de 80 por cento dos atuais 500 bilhões de dólares previstos para serem gastos anualmente na área militar. Mais ainda, a corrida armamentista convencional envolve mais países que a corrida armamentista nuclear, espalhando, portanto, consequências socioeconômicas e político-defensivas negativas a todas as regiões do mundo.

Um dos traços marcantes da corrida de armas convencionais é a expansão do intercâmbio internacional de armas desde o início dos anos 70.

O papel dos países em desenvolvimento na corrida armamentista tem crescido, tanto como importadores, quanto



exportadores de armas. Constatou-se que, entre 1965 e o fim dos anos 70, os países em desenvolvimento em conjunto aumentaram sua parcela na importação global de armas convencionais de 50 para 75 por cento; além disso, muitos deles iniciaram uma produção doméstica de armas, e alguns tornaram-se fornecedores. Crises políticas e tensões persistentes entre Estados contribuíram significativamente para o agravamento da corrida de armas convencionais durante os anos 70, e tendências pouco encorajadoras têm sido observadas desde 1980, o primeiro ano da Segunda Década de Desarmamento.

O CUSTO DA CORRIDA ARMAMENTISTA (4)

Os recursos que hoje são desperdiçados em armas poderiam romper os anéis de pobreza, fome, ignorância e doença que debilitam incontáveis milhões de pessoas. Cada ano de atividades militares absorve um volume de recursos igual a aproximadamente *dois terços do produto nacional bruto dos países que incluem a metade mais pobre da população mundial*.

A perversão das prioridades mundiais pode ser observada nos seguintes exemplos:

- As despesas com saúde pública (não incluindo os serviços médicos financiados particularmente) somente atingem cerca de 6 por cento das despesas militares.
- Os recursos destinados à pesquisa médica representam unicamente um quinto daqueles destinados à pesquisa e desenvolvimento militares.
- A Organização Mundial da Saúde (OMS) gastou 83 milhões de dólares em dez anos para eliminar a varíola no mundo — uma zona que não compraria sequer um bombardeiro estratégico moderno.
- O plano da OMS para erradicar a malária — enfermidade mais mortífera do Terceiro Mundo — tem sido adiado por falta de fundos. O custo envolvido — 450 milhões de dólares — é menor que a metade do que o mundo despende diariamente em propósitos militares.
- Do total despendido mundialmente em pesquisas e desenvolvimento desde 1945, aproximadamente 40 por cento têm sido dirigido a objetivos relacionados à área militar.

Atividades relativas à área militar ocupam aproximadamente 60 milhões de pessoas em todo o mundo. Uns 25 por cento da mão-de-obra científica mundial estão comprometidos em pesquisas militares. Esses cientistas poderiam estar pesquisando o grande número de problemas urgentes enfrentados pela humanidade atualmente. Sem solução, estes problemas podem gerar conflitos.

A área militar consome quantidades imensas de materiais não-renováveis, que poderiam ser utilizados no necessário desenvolvimento industrial e econômico. Somente nos Estados Unidos, a área militar consome cerca de 3,5 por cento de todo o consumo anual mundial de hidrocarboneto líquido.

O fardo que os países em desenvolvimento têm de assumir em virtude da corrida armamentista é enorme. Seus orçamentos, menores se comparados àqueles dos países desenvolvidos, absorvem uma considerável e crescente proporção dos limitados recursos disponíveis. Alguns gastam, em média, em atividades militares, o mesmo que investem na produção agrícola, enquanto meio bilhão de pessoas estão extremamente mal nutridas; milhões vivem com uma ração de subsistência; a produção de alimentos por pessoa está declinando; e a fome atinge várias áreas do mundo em desenvolvimento.

A corrida armamentista traz consigo outros custos menos óbvios. Ela cria tensão e desconfiança internacional; inibe o livre curso do comércio internacional; impede o livre acesso aos mercados de crédito e às matérias-primas necessárias ao desenvolvimento; retarda a difusão de tecnologias civis para países em desenvolvimento quando estas apresentam um possível uso militar; e cria alianças e esferas de influência política que impedem o auxílio ao desenvolvimento a países que necessitam desesperadamente dele.

Empregos e outros “benefícios” da corrida armamentista

Existe a crença generalizada de que o desarmamento ou a sua suspensão de um programa específico de armas aumentaria as taxas de desemprego, particularmente quando estas já estão altas.

Mas um relatório feito, em 1977, por um grupo de especialistas convocados pelas Nações Unidas mostrou que tais concepções são erradas. “Despesas militares não são as únicas capazes de gerar empregos”, dizem os especialistas. “Hoje acumulam-se sucessivas evidências de que altos orçamentos militares, ao invés de aliviarem o desemprego global, contribuem substancialmente para ele.”

Citando estimativas do Governo dos Estados Unidos, os especialistas mostraram que um bilhão de dólares de gastos militares criou 76 mil empregos, enquanto que se a mesma quantia fosse liberada através de cortes de impostos, poderiam ter criado 112 mil.

BRASIL (1)

Em menos de dez anos, de um sistema militar antiquado, a indústria bélica brasileira é hoje considerada a *sexta do mundo*, em termos de produção e desempenho no comércio internacional de armas. Há mais de trezentas empresas — estatais e privadas multinacionais e nacionais — diretamente ligadas à indústria bélica, empregando mais de 120 mil trabalhadores, com um total de vendas da ordem de um e meio a 2 bilhões de dólares em 1981.

Os gastos públicos militares no Brasil passaram de 1974 a 1980 de um e meio bilhão de dólares para 2,2 bilhões de dólares. O Brasil exporta para todas as regiões do mundo, preferencialmente para os países do Terceiro Mundo e particularmente para o Oriente Médio (Iraque, Líbia, Emirados, etc.).

DESARMAMENTO E DESENVOLVIMENTO (4)

Avançar em direção ao desarmamento liberaria recursos internos tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento e permitiria seu reemprego para fins de desenvolvimento socioeconômico.

O desarmamento aceleraria o crescimento econômico e aumentaria o emprego nacional em todas as partes do mundo.

Alguns recursos liberados pelo desarmamento poderiam ser usados no desenvolvimento das nações mais pobres do mundo. Faz algum tempo que as Nações Unidas vêm enfatizando a estreita relação entre desarmamento e desenvolvimento.

O desenvolvimento de uma paz aceitável não pode ser conciliado com a continuação da corrida armamentista.

A corrida armamentista e o subdesenvolvimento não são dois problemas, mas um único. Eles devem ser resolvidos juntos ou nunca o serão (5).

OBSTÁCULOS AO DESARMAMENTO (4)

O que impede o desarmamento quando todas as nações do mundo o apóiam? Por que as nações, ao se defrontarem com a explícita e crescente ameaça de aniquilação, não podem entrar em acordo para se desarmarem e utilizarem os recursos poupadados para tratar de problemas que perduram há séculos e dos novos que estão emergindo — poluição, criminalidade, urbanização descontrolada, escassez de alimentos, instabilidade monetária e esgotamento da oferta de energia?

Os obstáculos são muitos. Em primeiro lugar, os Estados desejam segurança, e por um longo tempo eles a mantiveram por meio da posse de armas.

Assim, embora todas as nações concordem, ao menos em princípio, que o desarmamento é uma aspiração valiosa, nenhuma delas está disposta a abrir mão do que consideram essencial para sua segurança.

Ao se abordar o desarmamento, o principal problema se constitui no tamanho absurdo bem como na complexidade da corrida armamentista. Despendendo quase um milhão de dólares a cada minuto, ela adquiriu uma inércia difícil de ser controlada.

Logo, há obviamente uma ausência de vontade política — a ausência de desejo daqueles que estão em condições de fazer algo para admitir a necessidade urgente de iniciar o desarmamento. O mundo ainda é dominado pelo medo e desconfiança, e, assim, parecem estar distantes as condições políticas necessárias ao desarmamento genuíno.

Outro obstáculo tem sido a emergência de setores da sociedade que possuem fortes interesses em perpetuar a corrida armamentista.

A interconexão entre as forças armadas e outros setores da sociedade possui um caráter de autopreservação e autofortalecimento. Os complexos industriais-militares são poderosos, possuem recursos abundantes e alianças penetrantes que se unem em torno do objetivo comum de prosseguir a expansão do setor militar, independentemente das reais necessidades militares. Eles têm a capacidade de manter viva a sensação de medo, de estimulá-la quando necessário.

O QUE PODE SER FEITO

Hoje há sinais de interesses renovados em estancar a corrida armamentista. As decisões que trarão a sustação desta corrida vêm de estadistas, mas é crucial o papel do público no sentido de inverter o processo. Como uma primeira medida, os interessados poderiam insistir junto a seus governos para que adotem fielmente as resoluções das Nações Unidas sobre o desarmamento, principalmente as contidas no Documento Final da sessão especial da Assembléia Geral de 1978. (Posteriormente, eles deveriam encorajar seus governos a iniciar negociações concretas sobre desarmamento, com a finalidade de acabar com a corrida armamentista e realocar recursos para o desenvolvimento socioeconômico.)

As Nações Unidas têm criado um foro público para tais ações — a *Semana do Desarmamento* inicia-se anualmente em 24 de outubro (dia da ONU). Reuniões, seminários, conferências, mostras de filmes, bem como exibições artísticas e fotográficas, são algumas das atividades para o público que estão sendo organizadas em vários países a favor do desarmamento. Escolas e universidades estão, da mesma forma, organizando discussões e mostas de filmes.

Dentro do espírito da Escola Comunitária, fica aqui a sugestão para que seja incluído no currículo escolar uma semana dedicada ao desarmamento, do mesmo modo que são tratados outros assuntos, tais como o problema indígena, ecologia, etc. A urgência dessa medida decorre do fato de que a sobrevivência da espécie humana depende e dependerá das gerações atuais e da dos nossos filhos.

REFERÊNCIAS

1. BRIGAGÃO, Clóvis. *O estado atual da militarização no mundo, América Latina e Brasil*. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. 1981.
2. O CORREIO DA UNESCO 7(6): junho de 1979.
3. O CORREIO DA UNESCO 10(5), maio de 1982.
4. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Nova York. *Corrida armamentista ou raça humana? — a escolha da humanidade*. New York, Departamento de Informações Públicas, 1981. (Documento DPI/697-41016)
5. THORSSON, Inga. *A competição armamentista é incompatível com uma nova ordem econômica internacional*. New York, International Foundation for Development Alternatives, 1982. (Dossier 28 — United Nations Document A/36/356) (Publicado em "O São Paulo", nº 1373, 23-29/7/1982.)

Carlos Rodrigues Brandão

NICARAGUA, NICARÁGUA!

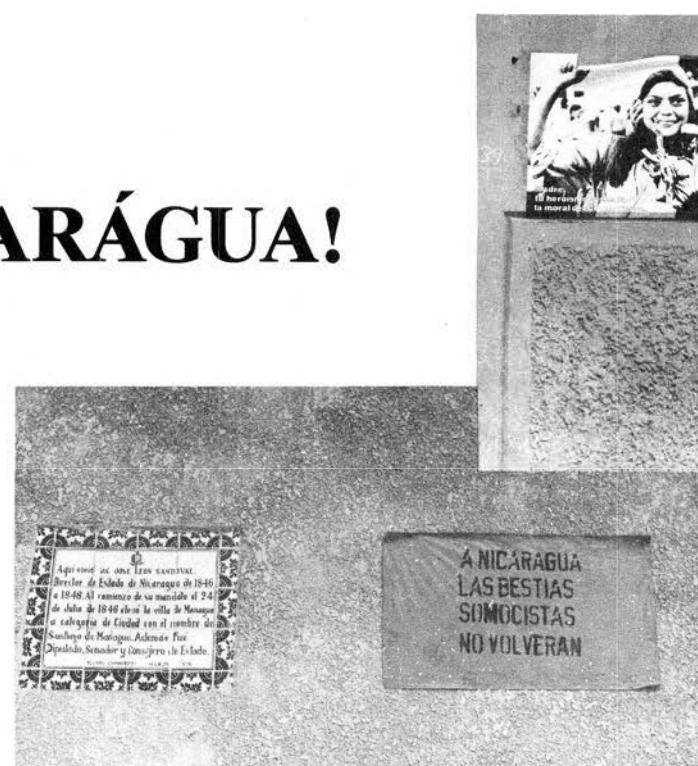
Primeira Parte

Ladram, Sancho. Sinal de que estamos avançando. D. Quixote

De repente levantei os olhos de um livro e avistei do alto a linha entre o mar e a costa da Nicarágua. Voando sobre a América Central — uma fina esteira entre dois oceanos — sempre se tem a impressão de que, de um lado das janelas do avião, dá pra ver o Atlântico e, do outro, o Pacífico. Pura ilusão. Entre uma costa e a outra há muitas montanhas e aldeias, vulcões, lavouras e histórias de lutas. Mal deixei de ver o mar, avistei o Lago da Nicarágua, onde por alguns momentos as águas refletiram a sombra do vôo. Vi algumas ilhas e acredirei que a maior, dentro do lago, seria Salentiname, onde um poeta, monte trapista, aprendeu com camponeses que as armas da fé, da vida e da luta são muitas vezes uma coisa só.

O avião chegou, junto com a noite, a Manágua, depois de sobrevoar por um breve momento um outro lago, que deu nome à cidade. Do alto, o lugar onde devia haver o *centro* parecia um imenso parque cheio de verdes cercado pela cidade. Um pouco mais tarde, viajando de jipe do aeroporto até a casa no alto de um morro onde nos hospedamos, passei por ali e descobri que o parque era o tabuleiro dos muitos terrenos vazios, ou com restos de ruínas, a que as pessoas do lugar dão o nome de *Los Escombros*. O terremoto de 1972 abriu no meio da cidade um vazio de escombros e mortes. O país, primeiro pobre e assaltado por um tirano que o povo um dia expulsou, depois, ainda mais pobre por causa da guerra e sua destruição, não pode até hoje, quatro anos após a vitória popular da Frente Sandinista, remover os matos que reocupam os terrenos e reconstruir os seus prédios. A cidade acerca, portanto, um jardim de pedaços, como um grande parque abandonado que o epicentro do terremoto forçou a existir.

Ao contrário do que vi fazerem os senhores de outras terras, aqui os nicaraguenses reconstroem a nação às avessas. Ou será esta justamente a direção correta? Primeiro as cidades, as vilas dos pobres, as escolas e os postos de saúde do interior e das periferias; depois, os prédios de serviços de *Los Escombros*; um dia, os antigos lugares do poder. Talvez o ofício coletivo de reconstruir um país livre, mas em ruínas, termine na grande catedral de Manágua, que percorri a pé por dentro. As paredes inteiras, mas o teto, altares, os detalhes do interior destruídos, aos pedaços. Contei dois ou três arbustos de meio metro de altura aqui e ali. Um deles cresceu exatamente no lugar onde terá existido o altar, cujo grande tempo de mármore branco e ainda inteiro adormece sobre os degraus da pequena escada que um dia separou o lugar do bispo dos do povo. Até hoje os dois parecem não se dar muito bem.



No intervalo do almoço do dia seguinte deixo os companheiros do *Seminário de Educação para a Paz* e saio pelas ruas do canto da cidade onde estamos. Pouco tempo depois, na “ruta 110”, entre uma ponta de Manágua e Ciudad Sandino, um miliciano sandinista pergunta o seu nome e me chama por ele, antecedido do “companheiro”, com que acabei familiarizado em poucos dias. Com a mão direita no meu ombro ele me chama para perto e o aperta de leve toda a vez que, entre confidências que entre si só se trocam os que acabaram de se conhecer e sabem que nunca mais se verão, pretende dizer alguma coisa importante, debaixo de um sol abrasador.

Estávamos em um lugar onde parei para fotografar grandes cartazes com frases e rostos dos heróis da terra. Eram sem dúvida os maiores entre os incontáveis cartazes que vi e fotografei com figuras e frases de que a mais repetida era: “todas as armas ao povo”. Mal havia começado a fotografar, quando o miliciano armado de fuzil-metralhadora e rodeado na roupa dos pequenos apetrechos de guerra, veio falar comigo. Armei na cabeça uma desculpa que diria em seguida do que esperava ser um aviso de que era proibido fotografar ali. Faz muitos anos aprendi a temer homens armados de roupa verde e vestidos de fuzil. Mas ele veio do seu canto dar sugestões e explicar, como quem passeia com um viajante por um museu, o que eram os detalhes de cada um dos imensos painéis. Aprendi a reconhecer o nome e a figura de cada um dos membros da “Junta” e me apressei a dizer, antes dele, que a pessoa do meio, com chapéu escoteiro e traços magros, era Sandino. Certo de que, mais do que um turista, havia encontrado um parceiro confiável, o miliciano primeiro me convidou a sair com ele do sol; intenção louvável de que desistiu de imediato. Não havia uma única sombra por perto e ele não podia se afastar do posto. Adivinhei longos minutos de conversa sob o sol das duas horas.



Carlos Rodrigues Brandão

Depois do convite, o meu miliciano saltou de uma rápida história das causas e dos feitos da revolução, para a questão do momento: A luta contra os "contras". Mais do que os jovens educadores do país com que estive durante o Seminário e muito mais do que os homens e velhos que encontrei com enxadas, facões e vassouras, ele usava nas frases as palavras dos cartazes: "Pátria", "Sandino", "La Revolución". Mas em momento algum arriscou teorias sobre o que disse como um depoimento. Era um soldado armado, "no por mi gusto", insistia, "pero por los contra, los yankees". Empolgado pela combinação que consegui entre o meu interesse cúmplice e a sua própria retórica, o miliciano falava alto e parecia multiplicar-me em uma pequena multidão de estrangeiros que, de repente, no meio da tarde, tivessem chegado ali para ouvi-lo.

Tinha, como tantos outros que encontrei na Nicarágua, na Guatemala, no México e na Costa Rica, a mesma cor de pele, os mesmos cabelos negros e lisos e os mesmos traços mestiços das raças indígenas com o sangue fraco do branco, que fazem baixos e, a seu modo altivos e meigos, os rapazes e as moças da região. Entre um assunto e outro, aproveitou a pausa que se deu e, percorrendo com os dedos por um momento os recantos armados da farda e o fuzil, perguntou em que outro país que eu conhecesse as pessoas falavam tão sem medo com "la policía". "É que eu sou um cidadão armado", disse, "não por meu gosto", insistiu. "Queria estar numa escola agora, estudando". Olhava-me na cara e terminava as frases mais solenes com um sorriso de quem não admite questões de dúvida sobre o que fala, mas sabe ser enfim condescendente como um "gringo del Brasil", que, na solidão do palanque vazio, testemunha espantado os depoimentos que faz.

Camponês armado de quatro anos para cá, ele faz como os lavradores do Brasil. Como é difícil explicar as coisas pelas suas razões, ele conta casos e faz da sequência deles o fio de uma história sem nomes e datas — a não ser o de algumas cidades onde lutou e o de alguns heróis que não quer esquecer — e que é tudo o que sabe do que houve. O lugar mesmo onde estamos faz parte da história imediata. Duas vezes os "contras" tentaram destruí-lo. Inúteis estrados imensos de madeira que, depois de usados na festa do aniversário da Revolução, apenas completam o chão do cenário dos cartazes e lembram que, se um dia ali se festejou alguma coisa, ela deve ter sido solene e merecedora. A primeira vez os "contras" tentaram com dinamite. E ele usa um "nosotros" para indicar quem prendeu o terrorista, o que me deixa afinal sem saber se ele próprio participou da patrulha, ou se fala de um sujeito coletivo que, vestido de um mesmo verde sem insígnias e sem medalhas, quer ser o próprio sinal do sandinismo. "Somos agora um corpo só pela pátria" diz, para começar a responder ao meu convite pra que um dia fosse ao Brasil. Ele agradece... "o Brasil?" "Ah, sim, muito grande, lá no Sul... O povo do seu país também pensa fazer uma revolução?"

Faço sinais de que preciso ir embora. Os dois derretemos sob o sol. Faz meia hora que conversamos. Ele põe uma vez mais a mão no meu ombro e, com a outra, percorre de novo recantos do corpo, agora para mostrar o verde mais escuro dos locias onde o suor molhou a farda, e conclui: "Temos que agüentar tudo... por la pátria". Depois, o miliciano — quem antes? um camponês? Um futuro mecânico de automóveis? — junta com a mão direita o cano do fuzil ao corpo e, com a esquerda, aponta a direção do caminho que devo seguir. De longe grita e acena: um menino. Um terno miliciano, mestiço e sorridente.

Não é de hoje a combatividade e a organização dos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. Nos últimos anos, o movimento sindical rural tem dado vivas demonstrações de sua força na luta contra os patrões, recorrendo quando necessário, à greve. A cada ano que passa a violência dos patrões aumenta, mas os trabalhadores continuam firmes. Lígia Dabul faz um relato do que foi a greve dos trabalhadores da cana-de-açúcar em 1983, e dá detalhes do processo que levou a mais uma vitória dos trabalhadores.

UM, DOIS, TRÊS BATE NO CAMBUCO OU DÃO OS 100% OU PARAMOS PERNAMBUCO!

“— Eles querem acabar com a tabela? Se a tabela acabasse ia ser como antigamente. Mas a tabela só acaba se o velho ficar moço. E alguém já viu velho remoçar?”

No sábado, dia 24 de setembro, quando começou o movimento paredista na zona da mata pernambucana, o clima entre os trabalhadores canavieiros era de confiança. É o quinto ano de campanha salarial, e o quarto em que a greve é deflagrada, sempre resultando em melhorias salariais, em novos direitos estabelecidos, e na manutenção dos já adquiridos pelos 240 mil trabalhadores de 48 municípios de Pernambuco. Como saldo, também o fortalecimento da categoria e de sua organização sindical, que coordena o movimento.

No dia anterior, a classe patronal — usineiros e fornecedores de cana — rompeu as negociações. Rompeu porque condicionou a negociação das outras 41 reivindicações dos trabalhadores canavieiros à supressão da “tabela de tarefas por regime de produção”, que regulamenta e amplia a remuneração de cada uma das tarefas tradicionalmente levadas a cabo pelos trabalhadores rurais nos engenhos. A legalização dessa tabela representa bem mais que um item a ser negociado. Nessa área que antes do golpe de 64 foi

palco de importantes movimentos camponeses, depois da campanha salarial de 1979, da qual só participaram 24 dos 45 sindicatos mobilizados em 83, limites foram colocados à exploração de seu trabalho. Junto com as melhorias salariais, é a conquista da tabela a marca do novo; de um tempo novo que a mobilização dos trabalhadores torna impensável de nele o “velho” penetrar. Acabar com a tabela significaria neutralizar a própria melhoria salarial, pois os patrões poderiam aumentar proporcionalmente as tarefas dos trabalhadores. E, ainda, seria voltar à época em que cada patrão estabelecia sua “tabela”, e em que os trabalhadores não podiam recorrer à justiça, ficando mais sujeitos à coerção e à super-exploração nos engenhos, numa situação que, para os trabalhadores, muito se assemelha à escravidão. Não foi à toa que a questão da tabela gerou revolta e mobilização.

O aumento salarial aprovado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) foi de 62,4 por cento, passando o salário unificado para Cr\$ 65.406,12. Na prática, lutou-se pelo reajuste de 100 por cento do INPC, isto é, tentou-se neutralizar o decreto 2.045, já imposto que preconiza o aumento salarial de 80 por cento do INPC. Para o juiz relator, o decreto, além de inconstitucional, é desumano. E, para os trabalhadores, seu não cumprimento não

só barraria a penalização injusta e autoritária dos trabalhadores, como não abalaria o setor canavieiro de Pernambuco. Apesar da argumentação dos patrões de que não poderiam arcar com esse aumento, o setor canavieiro, por estar voltado para a exportação (açúcar) e substituição das importações (álcool), é sempre poupadão mesmo frente à crise econômica. Segundo o presidente da FETAPE, José Rodrigues da Silva, “o IAA não só garante preço de mercado, como elevou o preço da cana de julho de 82 a maio de 83 em 113 por cento, quando a inflação foi de 96,4 por cento. De abril de 82 a abril de 83, os salários foram reajustados em 119 por cento e o preço da cana em 164 por cento.”

Depois da conquista do aumento salarial de 100 por cento do INPC, com a entrada de recurso da classe patronal, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedeu efeito suspensivo dessa e de mais três decisões do TRT. Os trabalhadores esperam que o decreto 2.045 seja alterado ou rejeitado no Congresso, para o que contribuíram, na prática, com aquela decisão do TRT; ou então que, depois da FETAPE entrar com o agravo, o tribunal pleno do TST reconsidera a questão.

As demais reivindicações conquistadas e garantidas dizem respeito também



1

1. Delegados e representantes de engenho discutem no sindicato a paralisação

2. Companheiros e...

3. ...companheiras: é a greve!



2



3

ao acesso à terra para os que moram nos engenhos, à garantia no emprego e a melhores condições de trabalho para os "fichados" e "clandestinos" (trabalhadores sem contrato de trabalho), para homens, mulheres e crianças. E todos se juntaram nessa campanha que culminou com a greve geral da zona da mata.

COMPANHEIROS: É A GREVE...

Paralisação do trabalho. Atenção para ouvir tudo o que está sendo dito e... ferramentas levantadas, chapéus voando, crianças correndo.

Muitos trabalhadores, apesar de já informados sobre a decretação da greve, e dispostos a "grevar", aguardam a chegada do Sindicato nos engenhos a fim de parar. É que, nesses momentos em que as contradições da relação dos trabalhadores canavieiros com os senhores de engenho afloram, e que as forças em jogo se afiam, a presença de sua organização sindical é a de todos os outros milhares de companheiros mobilizados. E, também, a garantia de legitimidade do movimento pardestista.

Sendo a greve legal, segundo o que dispõe a Lei 4330/64 (Lei de Greve),

os grevistas podem parar de trabalhar e propagandear a greve livremente, sem perseguições ou ameaças de perda de emprego; não podem ser substituídos por outros trabalhadores durante a greve; e os dias parados têm que ser pagos pelos patrões. Para tanto, são impostas formalidades que vêm sendo rigorosamente cumpridas pelo movimento sindical. Dentre elas, a promoção de assembleias em cada sindicato (que nesse ano foram realizadas dia 18 de setembro, domingo, e cantaram com a participação de cerca de cem mil trabalhadores), para a aprovação da pauta de reivindicações e da greve, caso seja decretada. Outra formalida-



1

1. Depois da assembléia a marca no dedo: votaram pelas reivindicações e pela greve.

2. Trabalhadores "clandestinos" participaram ativamente de todas as fases do movimento.



2

de é a notificação a todos os patrões e sindicatos patronais dos resultados das assembléias. Decorridos cinco dias após as notificações (feitas na segunda feira, dia 19), os trabalhadores podem entrar em greve. Ou, então, paralisar as atividades quando rompidas as negociações, como ocorreu na sexta-feira, dia 25.

A greve, decretada à zero hora de sábado, perdurou até a noite de segunda feira, dia 28, quando foi julgado o dissídio. Na terça-feira, a comemoração em novas assembléias do que foi conquistado: 21 reivindicações deferidas e 15 acordadas; a maioria das 33 usinas sem poder operar, e caminhões que transportam a cana, nos pátios, vazios. Tudo isto fruto de um processo de intenso trabalho de informação e organização, que, além do cumprimento das imposições legais, contou com reuniões de delegados e representantes de engenhos, panfletagens nos engenhos, feiras, nas casas e pontos, onde trabalhadores canavieiros aguardam os caminhões (os mesmos que transportam a cana para as usinas) para serem levados ao trabalho.

A violência, apesar das garantias legais, como todos os anos, atingiu os grevistas. O trabalhador Amaro Vicente da Silva foi assassinado dia 24 de

setembro pelo administrador do Engenho Poço, município de Palmares, onde trabalhava e vivia. Foram denunciados pela FETAPE dezenas de outros casos de violências cometidas contra grevistas e sindicalistas, muitas vezes pelas milícias armadas formadas nos engenhos. Em diversas localidades trabalhadores foram obrigados a trabalhar sob a mira de revólveres, e sindicalistas impelidos com violência de entrar nos engenhos para dar informações aos trabalhadores sobre a campanha salarial.

Outros métodos também foram usados pelos patrões, além da força, para diminuir o impacto do movimento dos trabalhadores. Panfletos falsos circularam, supostamente assinados pelo movimento sindical, solicitado a volta antecipada ao trabalho. Além dos "corumbás", trabalhadores que tradicionalmente vêm de outras regiões na época da safra, os patrões buscaram milhares de sertanejos de áreas atingidas pela seca, com o intuito de substituir os grevistas. Porém, a organização dos trabalhadores canavieiros possibilitou o rápido desmentido de todas as notícias veiculadas para confundir, e a significativa adesão dos sertanejos à paralisação, sensibilizados com a justiça de suas reivindicações.

Vitorioso o movimento, cabe agora lutar pelo cumprimento das cláusulas aprovadas. Dada a heterogeneidade dos 45 sindicatos de trabalhadores rurais da zona da mata pernambucana, tanto em termos do comprometimento das lideranças com o movimento dos trabalhadores, como da correlação de forças a nível local com os patrões, nem todos os trabalhadores canavieiros vêm, na prática, cumprido o que foi conquistado.

Depois da vitória fica esse desafio. Vitória e desafio que são os mesmos para os trabalhadores canavieiros do Rio Grande do Norte, que em seu segundo ano de dissídio já conquistaram o nível salarial dos trabalhadores pernambucanos, também usando seu direito de greve e enfrentando a violência dos patrões. Já se pode falar de um movimento geral dos trabalhadores canavieiros da zona da mata nordestina.



A Igreja Popular: FÉ E INSTITUIÇÃO (II)

F. Benjamin de Souza Netto

A expressão “Igreja Popular” poderia perfeitamente designar apenas a Igreja enquanto constituída pelo Povo como totalidade histórica, isto é, como Sociedade. Neste caso, o que se precisaria com a locução é que o constituinte necessário da Igreja é o Povo como todo e que aquela nasce necessariamente da potencialidade deste e permanece virtualmente aberta à totalidade de seus integrantes. Este modo de ver a Igreja é decisivo para a sua compreensão, mesmo que se advirta que, na linguagem mais corrente na América Latina, é a expressão assumida em acepção mais restrita. Com efeito, dizer que o Povo como totalidade é o constituinte potencial da Igreja e que esta se lhe abra virtualmente é dizer que sua relação com aquele se eleva a partir da esfera da qualidade e não se pode exprimir em termos somente quantitativos. O que formula é, então, uma concepção apta para compreender tanto a realidade da Igreja Medieval, Oriente e Ocidente, quanto os desafios e propostas das Igrejas, tais estas se formaram e reformaram na Idade Moderna, resistindo, até o momento, às Profecias de sua extinção.

A RELAÇÃO COM O POVO SE ELEVA A PARTIR DA ESFERA DA QUALIDADE

Assumida em acepção mais restrita, seja como Igreja dos oprimidos, seja como Igreja nascida das Bases, a locução “Igreja Popular” se situa inteira no âmbito de seu significado mais amplo e pode mesmo divisar nele os princípios de sua gênese e a necessidade de seu surgimento entre as populações periféricas do Terceiro Mundo. Todavia, para que isto se faça devidamente, importa desenvolver os elementos da Eclesiologia que, como alternativa, foi esboçada no artigo anterior (Ver PRESENÇA nº 186). Trata-se da tese segundo a qual a gênese de uma nova Igreja Particular pode se processar à margem de um ato institucional de fundação, a partir da Fé de seus constituintes e no fluxo da tradição comum das Igrejas, em seu todo ou em parte de

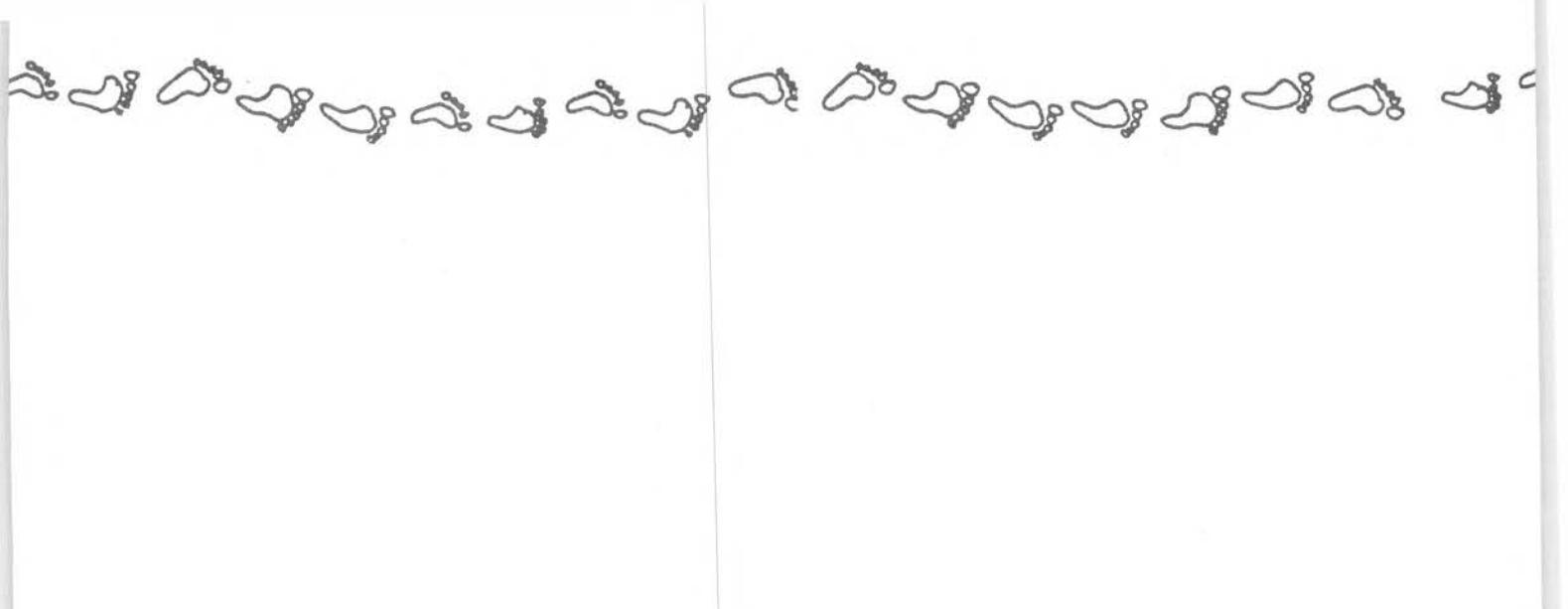
seus elementos. Este modo de ver não constitui propriamente uma novidade: ele compreende melhor o histórico mais simplesmente factício e é compatível com uma Teologia da Fé.

DISCURSO DA FÉ E COMUNIDADE DA FÉ

Uma simples pergunta encaminha devidamente o debate desta questão: o que é, em sua especificidade, uma Igreja? Isto quer dizer: o que é ela em sua essência, naquilo sem o que não seria o que quer exprimir o seu nome? A resposta a esta questão pode dar-se na esfera das Ciências Humanas, da Filosofia ou da Teologia como discurso da Fé. No caso presente, esta última resposta deve ser anteposta às demais, já que constitui a expressão que a realidade pesquisada dá de sua consciência de si. Ora, por mais que varie em sua amplitude e compreensão, esta resposta divisa a sua essência na afirmação segundo a qual uma Igreja é uma Comunidade de Fé. Dito isto, já se detecta o que é o elemento e o princípio genético de uma Igreja. Este é a Fé, em seu Anúncio, em sua Profissão e em sua vivência: onde estes três movimentos se articularem organicamente, constitui-se uma Igreja. Esta tese tem o seu horizonte racional no quadro traçado no artigo anterior: ao tomar forma, a Comunidade de Fé entra em interação histórica com as “Igrejas” já existentes por força da Universalidade que virtualmente visa no ato de se erigir Igreja. Todo o restante é uma questão de tempo, depende e passa pelos canais ordinários e extraordinários das relações humanas.

É esta “Passagem” que constitui o seu desafio: é ela a forma histórica, a exterioridade de sua “Páscoa”. Sem dúvida, as Igrejas já constituídas e instituídas procuram ter a iniciativa e o controle desta gênese e não é indiferente a parte que nela lhes cabe. Mas, mesmo quando são as suas missões que “fundam” novas Igrejas, a parte que essen-





cialmente lhes cabe não consiste em fundar, instituir e constituir, mas em ser testemunhas da Fé, que, esta sim, é princípio genético. É por sua Fé que são Igrejas-Mães e, mesmo quando isto não ocorre, cabe-lhes sempre confirmar, por seu testemunho e pelo oferecimento de sua “Comunhão”, a “Fé” das novas Igrejas. E isto se torna mais claro que se tem em mente que são os Cristãos que constituem uma Nova Igreja que efetivamente fundam-na e, depois, instituem e constituem por força de sua Fé professada em Comum, isto é, na vitalidade desta. O que, certamente, constituiria uma ruptura com a mais comum tradição cristã seria uma Igreja surgida e a subsistir, à revelia de todas as demais, isto é, indiferente, em sua origem, em sua vida e em sua organização, à Comunhão e ao Testemunho destas.

O QUE CAUSA ESPÉCIE É O ADJETIVO POPULAR

Ora, é precisamente esta indiferença que as Igrejas chamadas Populares, mesmo na Nicarágua, têm rejeitado categoricamente. Tanto lá como no Brasil, a pretensão de se erigir à margem e mesmo contra a Igreja Institucional é repudiada como calúnia e posta na conta de inimigos, que têm a seu serviço os meios de comunicação, o que não têm se não com base em uma posição de Poder. Nesse sentido, tais Igrejas preferem chamar-se “Comunidades Eclesiais de Base”, ou, muito simplesmente, “Comunidades Cristãs”. Com isto, elas não abrem mão de sua eclesialidade, mas visam afastar a suspeita de pretenderm uma autonomia que jamais reivindicaram. O que elas pretendem, isto sim, é ser “Igreja” em sentido próprio. E é o reconhecimento desta sua natureza que esperam. Esta esperança abre-se à História e tem certamente suas urgências. Igualmente, a História é o foro no qual há de se processar o discernimento entre as verdadeiras e as falsas “Igrejas”. Cabe, porém, assinalar que este discernimento é sujeito a erros e

que a estes estão expostos todos os atores da História. Demais disso, como não se trata de decidir a questão eclesial a nível meramente doutrinal, mas de reconhecer o “fato eclesial”, é ainda maior a margem de erro e, portanto, de indecisão e tremor.

No que concerne mais imediatamente ao Brasil, o que, em verdade, está na origem do debate não é o problema dos critérios de discernimento entre o eclesial e o não eclesial. Certamente, isto está na preocupação de muitos bispos, mas não foi suficiente para que a CNBB alterasse radicalmente e mesmo consideravelmente os quadros de sua Presidência. Em verdade, o que causa espécie na expressão “Igreja Popular” é o adjetivo “Popular”. O que causa temor é a afirmação do Povo como agente e não apenas paciente da História e, portanto, como sujeito de seu destino e de suas decisões. Sem dúvida, a atribuição de um tal papel ao Povo pode ser objeto de manipulações demagógicas e o é com freqüência, mas também não é isto o que se teme. O que se teme é que o Povo se torne efetivamente agente de seu destino e que a Igreja propicie um espaço adequado e um tempo oportuno a esta transformação, bem como a organicidade que falta às grandes massas. O que se teme, é que se rompa a Aliança que o Poder, hipostasiado no Estado, pretendeu ter com a Igreja, mesmo porque, nos tempos modernos, esta Aliança jamais se elevou a um nível superior ao de uma simples Concordata, isto é, jamais consagrou a soberania (e a suzerania) do Estado. E este temor tem uma Razão de ser a se reconhecer: a Igreja professa prescindir totalmente do Estado em suas relações com a População que congrega, bem como reivindica a Liberdade de proferir o seu anúncio a todos os Homens.

Benjamin de Souza Netto é beneditino, professor de Filosofia e assessor teológico do CEDI.



CLODOVIS BOFF

Esta entrevista foi concedida por ocasião do encerramento da 12.^a

Assembléia Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) que se realizou no Mosteiro de São Bento — RJ, entre os dias 22 de julho e 1º de agosto de 1983. Frei Clodovis Boff é teólogo e participou da Assembléia, representando a Ordem dos Servos de Maria.

O que vou dizer é bastante relativo porque pertenço à equipe teológica da CRB, e não à diretoria nem ao Conselho Superior. Participei como assessor teológico, não como vogal, delegado ou provincial. Além disso não participei de maneira contínua do encontro, tive interrupções. Talvez quem pudesse explicar melhor todas essas coisas seria a antiga diretoria ou a nova, isso é para colocar um pouco a relatividade deste testemunho.

Em primeiro lugar a CRB e a teologia da libertação: Na verdade, não se discutiu explicitamente, mas se tocaram, em todo, os temas que explicitam, que aprofundam, que tematizam a teologia da libertação. Quer dizer, o tema da opção pelos pobres, o tema da contribuição para transformação social, o tema de uma nova sociedade, de um novo modelo de autoridade e governo. São todos temas para os quais a teologia da libertação é sensível. Depois, nossa própria presença, do Leonardo, do Libânio, do Palacios, e de outros teólogos, todos envolvidos nessa reflexão de teologia de libertação mostrou a sensibilidade, o acolhimento que têm os religiosos pela problemática de uma teologia envolvida numa realidade histórica, porque teologia que, a partir da fé, reflete situações históricas. No nosso caso, uma situação de apreensão e processo de libertação.

Foi muito importante o fato de Leonardo ter falado, de eu ter falado, de Libânio e Palacios terem falado, porque desmitizou um pouco e desfantasiou um pouco a figura da teologia da libertação e dos teólogos da libertação, visto que muitos religiosos, em especial da cúpula, têm uma imagem deformada. Eu acredito que eles imaginem que haja um discurso violento, um discurso inteiramente político, um discurso marxis-

ta, quem sabe outros pensem que nós temos uma metralhadora escondida debaixo do paletó ou do sovaco, quando na verdade nós queremos ser pessoas da Igreja, pessoas do Evangelho e que a partir dele, no seu nome, por exigência do próprio Reino de Deus, que foi a proposta central de Jesus de Nazaré, nós queremos articular com isso e animar ações que levem a uma mudança da sociedade. De uma sociedade iníqua a uma sociedade justa. Verificamos, por exemplo, como nós podemos ser ouvidos, apreciados por esse pessoal. Isto quanto à teologia da libertação. Depois, eu acho que superamos essa terminologia, esses rótulos. Teologia da libertação é a teologia que se faz na Igreja levando em conta a situação histórica. É teologia simples, é teologia do Evangelho, teologia de fé; esse rótulo talvez deva ser superado. Uma teologia que não é libertadora, que não é de libertação, é uma teologia irresponsável historicamente; uma teologia que se deixa levar por ideologias, que se deixa manipular, uma teologia do status quo, que justifica situações pecaminosas. A questão é fé e suas consequências na história e o reflexo dessa fé dentro da história.

O tema central do encontro foi "Autoridade e obediência", e sobre tudo "Autoridade e Governo" dentro da vida religiosa; um tema fundamental interno da vida religiosa porque se trata de ver como é que se estrutura uma comunidade na forma da autoridade, na forma da obediência, na forma da co-responsabilidade, da participação; mas todos, desde os conferencistas até a assembléia, sentiram a necessidade de vincular esse tema a temas, não digo externos à vida religiosa, mas de caráter mais social, mais da realidade nacional. Todos estavam perfeitamente conscientes do perigo de desvincular esse tema da realidade concreta que se está passando aí, do FMI, de dívida externa, de pacotes econômicos que achatam ainda mais o poder de compra do povo, o salário da população. Todos estavam perfeitamente advertidos do problema de se interessar demais por assuntos internos e esquecer os externos. Tanto que o Libânio disse: Eu quero discutir essa problemática com um olho na realidade para que amanhã um historiador não venha a analisar nossa assembléia e dizer que, enquanto o Brasil se estava afogado, os religiosos estavam discutindo sobre problemas internos deles, de como or-

ganizar uma comunidade, etc. Por isso, essa discussão sobre o governo na vida religiosa procurou sempre se articular com a realidade externa. No sentido de que a vida religiosa tem que oferecer modelos de participação, de democracia, de co-responsabilidade, de autoridade, de serviço para a sociedade, sociedade participante, por isso também tem que ser um instrumento participante. Não se concebe uma comunidade religiosa autoritária, hierarquizada, como instrumento de criação de uma sociedade participante e fraterna. A vida religiosa tem que se estruturar como modelo e instrumento adequado de uma sociedade participante. Agora, é curioso observar o seguinte: que o enfoque primeiro de toda a temática deste encontro foi "autoridade e governo na vida religiosa", porém, com o tempo, esse tema centralizado para dentro da vida religiosa, embora com efeitos e reflexos externos, se deslocou para fora, de modo que, quando a gente foi verificar os resultados concretos, as prioridades dos próximos três anos, viu que se centram em torno de problemas externos ou melhor, de problemas sociais, de problemas da missão da vida religiosa. Temos, pois, a questão da mediação do pobre como o primeiro grande problema, depois a inserção da vida religiosa nos meios populares e então, sim, a identidade da vida religiosa e depois autoridade e governo, a formação, saúde, etc. É engraçado, nós começamos com autoridade e governo na vida religiosa e acabamos com a responsabilidade da vida religiosa na sociedade de hoje. A necessidade de se inserir nos meios populares, de levar a sério a opção pelos pobres é coisa desse gênero. Por quê? Porque a gente vê que o que dinamiza a vida religiosa hoje é a problemática social?

CEDI - Houve consenso? Havia muitos provinciais participando da assembléia, e a gente sabe que existem posições divergentes frente a essa questão que você coloca. Como é que as coisas se deram nas discussões?

As votações revelaram externamente grande concenso. Pudemos votar essas prioridades da XIII Ass. Geral e os cartões verdes se levantaram de maneira praticamente unânime. Em algum outro ponto houve quinze, vinte cartões vermelhos, no máximo, numa assembléia de quatrocentas a quinhentas pessoas. O acordo foi muito grande. Nós temos que pensar o seguinte:

existem pessoas sim, que não estão afinadas com essas linhas, mas há dois elementos a serem considerados aqui: 1) Essas assembléias são momentos de aprendizado, de aprofundamento e de mudança de mentalidade. Quer dizer, muitas religiosas e religiosos que vêm com idéias já pré-fabricadas, pré-concebidas sobre a questão da inserção dos religiosos nos meios populares, nas pequenas comunidades, sobre opção pelos pobres, teologia da libertação, etc., mudam suas idéias. Por quê? Mudam frente às experiências que se contam e às reflexões que se fazem. Não é que se faça a cabeça de ninguém, mas existe um processo de aprendizado e um processo de questionamento.

Acredito que os religiosos, à diferença dos políticos, têm, a partir da fé no Evangelho, uma grande capacidade de abertura, de se submeter à luz do espírito a partir da oração do que está sendo contado de experiências e do que está sendo pensado em teologia. Então, embora os esquemas sejam atrasados ou tradicionais, eles não deixam de se questionar e modificar a partir do que se conta lá. Depois de oito dias de encontro como este, a gente percebe que houve um crescimento incrível. É claro que aí está o Espírito que está soprando, atuando. Isto era o primeiro elemento. O segundo é que, embora às vezes, muitos religiosos entre ali com posições mais tradicionais, mais fechadas, existe um outro grupo que tem experiências novas e discursos distintos, mais articulados, e essas experiências têm maior significação do que os mais tradicionais; não é que eles convençam e vençam os outros, mas, na verdade, são eles que estabelecem o consenso. São eles sim, é o Espírito mesmo que carrega a assembléia, a partir dessas mediações, dessas coisas todas. Não se deve pensar numa democracia em termos matematicamente quantitativos: há trezentas posições tradicionais, cem mais abertas, e essas cem levam as duzentas pelo bico.

Não é tão simples assim. É que todo mundo se submete, na verdade, a um questionamento muito grande e a gente vê a grande boa vontade, a grande abertura de espírito, a grande disponibilidade desses religiosos antes de serem questionados. Isso é maravilhoso. Por isso, um jornalista que vai lá e quer perceber ali conflitos, intrigas, não consegue nada porque mesmo o pessoal que não está de acordo acaba consentindo e aprovando aqueles itens fundamentais, embora contra sua posição anterior. Não quer dizer que esteja tudo cor de rosa, o que estou dizendo é que existe lá um processo de crescimento coletivo de modo que uma assembléia assim não racha no fim; todo mundo sai alegre e feliz, indo para casa questionando.

Diga um pouquinho agora sobre orientações concretas da assembléia para a prática dos religiosos.

Das conclusões desta assembléia, votadas e anteriormente discutidas, podemos enfatizar: 1) a necessidade de a CRB estimular a atenção para com o pobre como mediação privilegiada da nossa obediência a Deus que não se faz somente frente a um superior ou frente a constituições, a regras da vida religiosa. A igreja tem que ouvir o grito do pobre já que a partir do pobre, das suas necessidades, de seus desafios, de suas expectativas, que toda a vida religiosa se remodela: a oração, a organização interna, a escolha de prioridade de atividades, o exercício da autoridade e obediência, a vivência da pobreza como solidariedade, como participação na vida do povo pobre, etc. Essa é uma visão muito importante, foi colocada logo no começo porque redefine toda a vida religiosa na América Latina. Não se concebe a vida religiosa se não confrontada com a situação histórica de uma grande massa marginalizada, uma massa pobre. 2) Isto relaciona-se com o anterior: que a CRB incentive e acompanhe os religiosos que querem inserir-se nos meios populares, que desejam conviver com os pobres, participar de sua pobreza e de sua luta contra a pobreza em vista de sua libertação coletiva, fraterna, evangélica. Então, não é obrigar todos os religiosos mas incentivar os que querem se inserir. 3) É muito importante redefinir as obras dos religiosos que estão servindo hoje à classe média e até à classe média alta, para que essas obras possam também servir a um processo de justiça, também criar uma educação libertadora, de solidariedade. Fazer com que a classe média, servindo nessas obras, possa sensibilizar-se para a sua responsabilidade social frente ao fenômeno da pobreza. Esse é um dado importante.

Outro dado fundamental é também que, frente a esse processo de confronto, os religiosos se mantenham religiosos, isto é, mantenham sua consagração, mantenham seu celibato, seu espírito de oração, a sua espiritualidade, profundamente enraizada na própria identidade, na própria originalidade da vida religiosa e enriquecida com essa experiência de confronto com o pobre. Não se trata de criar simplesmente militantes, agentes políticos, assistentes sociais. Não se trata de transformar o religioso nisso, trata-se de que o religioso continue religioso, mas profundamente inserido no meio popular. É um processo dialético. A vida religiosa é colocada a serviço da libertação, mas o processo de libertação também enriquece e redefine o próprio religioso. Isso é fundamental para ser dito frente à sociedade e também frente à Igreja para que não haja esse tipo de calúnia que se faz: "os religiosos se transformaram agora em agentes sindicais, em agentes partidários, etc." Nada disso: trata-se de, con-



Clodovis Boff

Roberto Dalmasso

tinuando religiosos, entrar na luta, e daí a preocupação e o interesse de acentuar e enfatizar a identidade, a originalidade, a especialidade do religioso. E outra coisa muito importante: Encaminhar desde já os religiosos jovens para esses desafios. Quer dizer que a formação religiosa se faça não desenraizada dos meios populares, mas deva estar inserida neles e levando em conta portanto essa realidade, a pobreza. Não se trata de criar religiosos que amanhã vão optar pelos pobres, mas de criar religiosos que, desde agora, se eduquem num processo de vinculação e de participação na libertação dos pobres.

E, no fim, talvez um pouco importante é que a CRB continue ligada à CNBB, sintonizada com ela. Não no sentido de uma Igreja paralela ou de ações paralelas, porque, na medida em que os religiosos estão trabalhando na pastoral, se colocam sob a orientação e animação episcopal; e, na medida em que eles se interessam por seus problemas específicos de vida religiosa, utilizam um espaço livre que é marcado pelo termo inserção. Existem preocupações em Roma, nas cúpulas, de que se criem Igrejas paralelas. De jeito nenhum. Existe uma comunhão total e é por aí que se caminha, no campo do trabalho pastoral entre religiosos e bispos. Entretanto existe autonomia legítima, histórica inclusive, dos religiosos frente aos bispos no que concerne à vivência e animação dos valores específicos da vida religiosa: comunidade, votos, consagração, espiritualidade. Por quê? Porque os religiosos precisam desses espaços para animarem a sua própria originalidade e para abrirem espaços específicos na vida pastoral, ou seja, para serem a ponta de lança, a vanguarda missionária dentro da

pastoral, em função da própria Igreja. Os religiosos não são feitos para se tornarem funcionários ou para levarem à frente as estruturas já estabelecidas, mas para criarem novas estruturas de trabalho. É uma frente missionária. Eles têm que estar na linha do tiro, da luta da Igreja dentro da sociedade, e, para isso, precisam ter um jogo de corpo maior.

Esse relacionamento dos religiosos com os Bispos em relação à prática pastoral nem sempre é muito tranquilo, não? A coisa chegou a ser tratada na assembléia?

Sim, houve um painel muito bom sobre as relações entre superiores religiosos e superiores pastorais, os bispos. Inclusive desse painel participaram provinciais e gerais da parte dos religiosos e da parte dos bispos. D. Luciano Mendes e Dom João Batista, Bispo de Januária, demissionário agora. O que se percebeu é que, em nível teórico, em nível de princípios, há um grande consenso. Em nível de prática, fundamentalmente, há uma comunhão. Por exemplo, os bispos manifestavam grande apreço, grande respeito, grande gratidão pelo trabalho dos religiosos nas dioceses, etc., e os religiosos também agradeceram a abertura dos bispos, o apoio, o incentivo que recebem deles para o seu trabalho. Quer dizer, como linha de fundo vemos grande comunhão, linda comunhão entre os dois. Não houve queixas. Mas há desencontros aqui e ali. Há casos, situações de conflito, em que, por exemplo, os bispos não entendem o carisma específico da vida religiosa que é um carisma de vanguarda, de interpelação profética às estruturas tradicionais da Igreja e utilizam os religiosos como pura mão-de-obra barata ou como supridores de padre. Botam freira em paróquia onde não há padres, etc. Por isso, há queixas nesse sentido, da parte dos religiosos. Da parte dos bispos não há queixas, pelo menos de que me lembre. Havia poucos bispos, é verdade, e eles estavam lá mais num sentido positivo e grato. Poderia haver a queixa do paralelismo, que os religiosos fazem concorrência, ou não são obedientes, etc. Poderia haver essa queixa como muitos acham que existe, mas não foi enunciada lá. Os bispos não têm problemas com os religiosos, mas os religiosos têm alguns problemas com os bispos: que são fechados que não compreendem, não respeitam, não animam a vida religiosa. Mas eu diria que não é o tom fundamental. A prova disso foi a reação de D. Pirônio, Cardeal Presidente da Vida Religiosa no Mundo que ficou profundamente emocionado, profundamente tocado por esse grande espírito de colaboração e comunhão entre religiosos e bispos. E os bispos se esparramando, deram suas ações de graças pela grande capacidade de trabalho e pela grande contribuição que os religiosos dão à pastoral.

E sobre as CEBs especificamente, houve alguma orientação mais específica dos religiosos que atuam dentro dessa área?

Não, não houve. Se você analisar as conclusões e resultados, não se fala especificamente em CEB's. Mas quando se diz "inscrição dos religiosos nos meios populares" é no sentido de animar o povo a se reunir em comunidades religiosas, eclesiás, que são as CEBs, e também no movimento popular. Saiu alguma coisa aqui sobre o movimento popular, dizendo que a CRB deve animar, encorajar, estar atenta aos religiosos que estão engajados na pastoral popular e que estão envolvidos nos movimentos populares. Inicialmente se dizia que se devia envolver mais com o movimento popular. Mas isso não é função da CRB; ela deve se interessar com religiosos envolvidos no movimento popular porque é um órgão de assessoria apenas, não é um órgão que represente propriamente a Igreja na sociedade. A CNBB é que representa a Igreja na sociedade. Por isso, não se falou especificamente das CEBs, mas do povo e o povo pobre, e de sua luta para vencer a pobreza. Mas elas estavam no horizonte, certamente.

Eu queria que falasse alguma coisa de como se está vendo a gestão do Claudino, nos próximos três anos.

Essa nova diretoria é bastante equilibrada. Ela representa, digamos, a consciência média da CRB. É sintomático que à frente da CRB esteja um Irmão Marista e não um padre religioso e isso é sintomático porque talvez seja a primeira vez que um irmão não padre esteja à frente. Isso vai levar provavelmente a enfatizar mais o aspecto propriamente religioso dos religiosos, quer dizer, o Irmão tende a ser mais sensível ao específico da vida religiosa. Não quer dizer que isto se vai dar em detrimento do compromisso dos religiosos na pastoral, porque pertence à essência e à identidade dos religiosos a missão, de modo que ele vai ser sensível à missão. E há na diretoria uma negra, o que é muito interessante, porque se levantou a questão do negro na vida religiosa. Dizia lá o Toninho, um teólogo e religioso negro, "que é que fez a vida religiosa em quatrocentos anos de trabalho para que nesta assembléia só se vejam três ou quatro negros, quando, na verdade, somos quarenta milhões de negros no Brasil". Quer dizer, existem, ali, discriminações, preconceitos introyetados, inconscientes, nos religiosos, que fazem com que eles selezionem as vocações e a formação. Então sensibilizada por isso, a assembléia votou numa irmã negra como participante da diretoria. Tem o Padre Vale que é reitor da PUC em São Paulo, um padre muito envolvido com educação popular e a vinculação da universidade com a educação popular; também uma americana muito sensível à problemática do Nordeste. O

Nordeste e o Norte se sentiam sempre um pouco marginalizados das grandes decisões da CRB, mas agora estão representados pela irmã Patrícia, que está muito inserida na luta da seca, na luta do povo do Nordeste. Não diria que a diretoria seja progressista, mas é uma diretoria integrada e representativa que pode crescer muito.

Gostaria que você falasse um pouco sobre o tema do ecumenismo; se foi tratado na reunião, e como?

Esse tema não foi tratado explicitamente, não emergiu, porque não houve representação dos irmãos protestantes como também não houve representação da base, do povo. Alguns pensaram que em alguns países que trataram muito do pobre, da inserção dos religiosos nos meios populares teria sido interessante chamar algum leigo, e que fosse escutado; mas não emergiu. Ou talvez seja uma falha, uma lacuna que se deva analisar e sobre a qual se deva questionar a vida religiosa.

Não surgiu nas discussões, quando se estava tratando das práticas pastorais desses religiosos, nada sobre o relacionamento deles com membros de outras denominações cristãs?

Pode ser que tenha surgido nos grupos, é muito provável que tenha surgido, mas nos plenários e nas conclusões, não. Esse é um ponto em que os religiosos devem ser interpelados, uma vez que trabalhamos em nível de Igreja, encontramos os irmãos protestantes e, no nível popular, encontramos também os crentes, todo esse conjunto de gente que é pobre também e que pode dar uma grande contribuição tanto à vida religiosa, evangélica, quanto também ao movimento da libertação, à prática popular. Realmente não emergiu isso, não foi um ponto tratado. Como disse, é uma falha que deve ser reparada. O importante é que emergiu o problema da mulher e o do negro neste encontro; dois pontos sobre os quais a vida religiosa não tinha discutido muito e que emergiram com bastante força: a presença da mulher e do negro na Igreja, a sua importância e, sobretudo, a sua participação nos órgãos de decisão e pastorais.

Houve maioria de mulheres no encontro?

Claro, a representação de mulheres na assembléia era de aproximadamente três quartos ou mais.

Enganando a Nação

Joyce Holliday

Neste artigo, Joyce Holliday mostra como o Presidente dos EUA, Ronald Reagan manipula as informações e mente abertamente quando se refere à Nicarágua. Descreve também toda a campanha de ajuda militar e financeira aos somozistas, e a pressão americana para desestabilizar o governo sandinista.

Apenas treze vezes em trinta anos um presidente dos EUA convocou uma sessão conjunta do Senado e da Câmara. Trata-se de ocasião reservada a fazer proclamações, a incrementar a política e a declarar emergências nacionais.

Com as comissões da Câmara reduzindo à metade a sua proposta de ajuda militar a El Salvador e ameaçando cortar o financiamento de ações secretas da CIA contra a Nicarágua, Reagan sentiu-se pressionado. Em 27 de abril, ele usou de toda a sua eloquência e pediu ao Congresso que apoiasse sua política belicosa na América Central.

Para convencer os políticos e os espectadores que o viram pela televisão da existência da crise “às portas dos EUA”, Reagan disse que a distância de El Salvador ao Texas é menor que do Texas a Massachusetts e que a Nicarágua está mais próxima de Miami do que Miami de Washington, D.C.

Mas o sentido geográfico desse homem é bastante falho. Iniciando a parte mais retórica de seu discurso, afirmou ele: “... permitam-me corrigir as informações sobre a Nicarágua, um país vizinho de El Salvador.” Talvez o Sr. Reagan é que deva ser corrigido, pois os dois países são separados por Honduras; é claro que se a declaração de Reagan fosse verdadeira, ela certamente daria maior credibilidade à

sua teoria de que a Nicarágua está fornecendo armas em grande quantidade a El Salvador.

Talvez ele se tenha enganado ao ler o mapa ou suas anotações. Mas enganar-se na leitura de um mapa é uma coisa e enganar uma nação inteira é outra coisa muito diferente, com consequências muito mais perigosas. E foi o que Reagan fez. Distorções da verdade e mentiras rematadas constituíram a linha central do seu discurso e formam a própria base da política de Reagan na América Central.

Disse ele a respeito do pequeno país, cujo governo brutal continuamos a financiar: “A democracia está começando a criar raízes em El Salvador”. Reagan aplaudiu o povo de El Salvador, que saiu de casa no dia 28 de março do ano passado e corajosamente “caminhou quilômetros e quilômetros para votar pela liberdade”. Mas ele deixou de mencionar que foi negada participação aos partidos de oposição, sob ameaças de morte, que os títulos de eleitor dos trabalhadores eram carimbados nas sessões eleitorais, que os que não votassem poderiam perder o emprego ou ser vítimas de violência e que acusações de fraude cercaram as eleições. Reagan concluiu que “não podemos voltar as costas à coragem e determinação demonstradas pelos eleitores salvadorenhos”; no entanto parece muito desejoso de voltar as costas aos 30 mil salvadorenhos mortos pelas forças de segurança do governo, nos últimos três anos.

As piores distorções de Reagan, porém, foram reservadas para a Nicarágua. Disse ele que “o povo ainda não tem liberdade nem direitos democráticos e está mais pobre”. Essas declarações contrariam frontalmente as provas recolhidas pela nossa delegação de líderes evangélicos e pela imprensa, quando visitaram a Nicará-

gua, em fins do ano passado, e até mesmo a opinião do nosso embaixador em Manágua. Negar o aumento maciço do número de alfabetizados, das melhorias na assistência médica e nutricional, bem como a grande participação do povo nicaraguense no seu processo político, desde a vitória dos sandinistas em julho de 1979, é não querer enxergar a verdade.

Reagan revelou a profundidade de sua hipocrisia, quando chamou os sandinistas de “bandos de marxistas-leninistas, que acham que a guerra é um instrumento político” e disse que a violência era o “seu principal produto de exportação para o mundo”. Estas são as palavras do presidente do país, que é o maior fornecedor de armas do mundo.

O governo dos EUA tem sido o maior promotor de guerra na América Central, despejando cada vez mais armas e mais ajuda militar numa região já saturada pela violência. O governo americano está sustentando o governo de El Salvador na guerra contra seu próprio povo e incitando os contra-revolucionários na guerra contra os sandinistas, num esforço para derrubar o seu governo.

O governo Reagan vem recusando continuamente negociações e outras soluções políticas em El Salvador e na Nicarágua, tendo inclusive rejeitado várias iniciativas de outros governos para servir de mediadores. Um apelo feito pela Nicarágua às Nações Unidas, em 9 de maio, foi rechaçado pela embaixadora americana na O.N.U., Jeane Kirkpatrick, que negou que os Estados Unidos estivessem mantendo uma guerra não declarada contra a Nicarágua, mas não quis discutir a ajuda que o governo Reagan dá aos contra-revolucionários, os chamados “contras”.

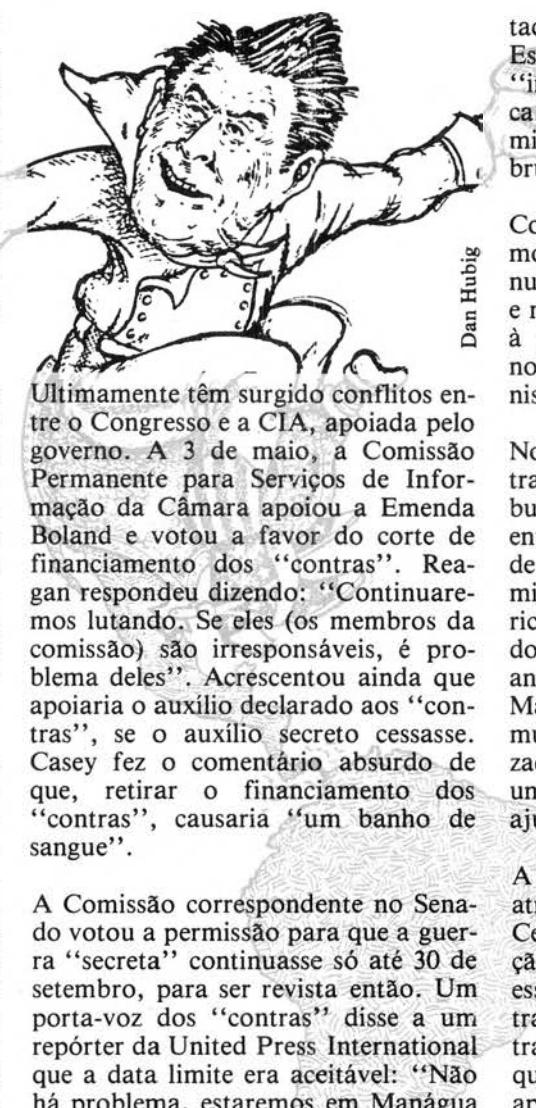
Reagan demonstrou uma absoluta falta de integridade ao declarar, em seu discurso, que os líderes da Nicarágua “gostam de fingir que estão hoje sendo atacados por forças baseadas em Honduras”. Já é do conhecimento geral que o governo americano está fornecendo armas, treinamento e apoio logístico às crescentes forças dos “contras” — todo mundo sabe disso, ao que parece, exceto Reagan e seus assessores.

Três dias depois do seu discurso, recebemos relatos, confirmados por amigos da Nicarágua, de que uma tropa de 1.200 homens havia atravessado a fronteira de Honduras com a Nicarágua. Tratava-se de uma força de "contras", formada principalmente de antigos membros da Guarda Nacional de Anastácio Somoza — o bárbaro ditador deposto pelos sandinistas, em julho de 1979 — e apoiados por tropas hondurenhas.

O discurso parece ter sido o sinal de partida para a escalada dos "contras" em sua invasão, pois sentiram-se apoiados pelos EUA, para desenvolver suas atividades terroristas. A avaliação feita pela Nicarágua é de que os "contras" não estão obtendo vitórias militares, mas transformaram a população civil em alvo das atrocidades, que eram a tática utilizada pela Guarda Nacional: seqüestro, tortura, castração e assassinato.

Gustavo Parajon, presidente do Comitê Evangélico para Ajuda ao Desenvolvimento (CEPAD) da Nicarágua e que foi nosso anfitrião em dezembro passado, falou-nos pelo telefone. Como pastor batista e médico, que coordena uma rede de clínicas de saúde, que servem aos pobres na zona rural da Nicarágua, Gustavo falou com grande emoção dos trabalhadores da área de saúde e dos jovens das igrejas evangélicas próximas à fronteira hondurenha, que foram mortos, desarmados, de maneira insensata e cruel. "Estamos enterrando três ou quatro pessoas por dia em Manágua", disse ele com voz embargada, referindo-se aos amigos que estavam sendo mortos na fronteira e trazidos à capital para serem sepultados.

Um artigo de primeira página do Washington Post, de 8 de maio, revelou que o exército dos contras aumentou para sete mil homens. O artigo traçava a história dessa tropa, desde a primeira proposta de William Casey, diretor da CIA, para formar uma força de comando de quinhentos homens, altamente treinados para atingir alvos dentro da Nicarágua, até o exército atual. É uma história de desonestade por parte da CIA, tanto em relação às suas intenções como aos seus relatórios ao Congresso sobre as atividades em Honduras.



Ultimamente têm surgido conflitos entre o Congresso e a CIA, apoiada pelo governo. A 3 de maio, a Comissão Permanente para Serviços de Informação da Câmara apoiou a Emenda Boland e votou a favor do corte de financiamento dos "contras". Reagan respondeu dizendo: "Continuaremos lutando. Se eles (os membros da comissão) são irresponsáveis, é problema deles". Acrescentou ainda que apoiaria o auxílio declarado aos "contras", se o auxílio secreto cessasse. Casey fez o comentário absurdo de que, retirar o financiamento dos "contras", causaria "um banho de sangue".

A Comissão correspondente no Senado votou a permissão para que a guerra "secreta" continuasse só até 30 de setembro, para ser revista então. Um porta-voz dos "contras" disse a um repórter da United Press International que a data limite era aceitável: "Não há problema, estaremos em Manágua em cinco meses".

Reagan respondeu a esses desafios à sua política por meio de sanções econômicas contra a Nicarágua. A 10 de maio, tomou a decisão de suprimir as vendas de açúcar da Nicarágua para os Estados Unidos, uma perda que poderia trazer graves consequências para a economia nicaraguense, já a braços com outras dificuldades. A quota de açúcar seria distribuída entre os países centro-americanos "amigos" dos Estados Unidos.

O discurso de Reagan foi um apelo para a aprovação de todos os seus programas de financiamento, "de modo que o povo da América Central possa fazer frente à agressão apoiada externamente". O povo da América Central conhece uma verdade que Reagan se recusa a ver — que a agressão apoiada externamente, da qual ele é vítima, é exatamente a que é expor-

tada por seu "vizinho" do Norte, os Estados Unidos — e não pelo seu "inimigo" do Leste, a União Soviética. Eles já sofreram demais sob a dominação econômica e os ditadores brutais, que os EUA têm apoiado.

Com esse discurso, Reagan transformou a política para a América Central numa questão central do seu governo e num teste da lealdade do Congresso à sua versão da verdade. Foi outra noite de submissão ao Grande Ilusionista.

No que poderia ter parecido uma contradição com a importância que atribuía à questão, Reagan acrescentou, entre parênteses, que estava na verdade pedindo tão pouco — apenas 600 milhões de dólares para toda a América Central, "menos de um décimo do que os americanos gastarão este ano em fichas para vídeo-games". Mas isso foi mais um comentário lamenável sobre o novo e supervalorizado passatempo americano do que uma observação reconfortante sobre a ajuda à América Central.

A importância exagerada que Reagan atribuiu à sua política para a América Central só é ultrapassada pela sensação de tragédia, que pesa agora sobre essa região. Se o porta-voz dos contras estiver certo e as suas forças entrarem em Manágua, uma façanha que só poderá ser realizada com forte apoio dos EUA, podemos esperar o pior. Os que mais têm feito pelos pobres da Nicarágua — os líderes do governo, com os quais conversamos, nossos amigos do CEPAD e outros — serão os mais ameaçados. No entanto, os cristãos do CEPAD e os que trabalham nas clínicas já têm sido alvo de ameaças de violência pela estação de rádio dos "contras".

Os cristãos da Nicarágua apelaram para nós, para que não permitissemos que o nosso governo derrubasse o deles e acabasse com o progresso e a esperança dos últimos quatro anos. Nós ouvimos seus apelos. Estamos ao lado deles, ligados por Cristo, que nos une, como estamos resolutamente contra a política de nosso governo, que se opõe a eles e ao seu governo.

(Extraído da revista americana *Soujourners* 3, Junho/Julho de 1983).

VIVER JUNTOS

Mensagem da Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas

Nós os saudamos em nome de Jesus Cristo na Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, reunida em Vancouver, Canadá. Representamos quatrocentos milhões de pessoas de trezentas Igrejas Membros e entre nós é maior do que nunca a participação das mulheres, dos jovens e das pessoas com deficiência física. Nós lhes agradecemos suas orações de apoio. Transbordamos de gratidão para com Deus, que nos concedeu Sua graça na nossa última reunião. Em muitos lugares aumentou o número das Igrejas membros e aprofundou-se o seu compromisso. Enche-nos de regozijo o valor e a fé demonstrados na adversidade. Sentimo-nos cheios de humildade ante estes novos participantes chamados a serem mártires. O Espírito Santo derramou sobre nós estes e muitos outros dons e por ele nos reunimos em ação de graças.

Esta reunião é uma continuação da série de reuniões que se iniciou em Amsterdam, em 1948, com o compromisso de permanecermos unidos. Desde então nos encontramos chamados a crescer e a lutar juntos. Aqui, somos chamados a viver juntos, sob o lema "Jesus Cristo, Vida do Mundo". Nesta Assembléia saboreamos esta vida. Nosso Culto numa grande tenda que nos faz lembrar o povo peregrino, a presença de índios canadenses que nos dirigiram uma interpelação, nossas comovedoras orações e agradecimentos em muitas línguas mas num só espírito de devoção, nossos esforços e para enfrentar questões que provocam a divisão, o canto das crianças... todos estes elementos são parte da nossa vida em comum no seio da família cristã. A significativa participação de hóspedes de outras religiões e de milhares de visitantes nos traz a presença da comunidade humana mais ampla.

Esse compromisso que todos assumimos em Vancouver destaca como é crítico este momento da vida do mundo, quando se está virando mais uma página da história. Escutamos os clamores de milhões de pessoas que lutam diariamente pela sobrevivência, oprimidos pelo poder militar ou pela propaganda dos poderosos. Conhecemos os acampamentos de refugiados e as lágrimas de todos os que sofrem perdas desumanas. Percebemos o temor dos grupos e nações ricas e a falta de esperança de muitos que vivem num mundo rico em coisas mas com um grande vazio espiritual. Há uma grande separação entre Norte e Sul, entre Leste e Oeste. Nossa mundo — o mundo de Deus — deve escolher entre a vida e a morte, entre a bênção e a maldição.

Esta opção decisiva nos obriga a proclamar novamente que a vida é um dom de Deus. A vida em toda sua plenitude reflete o amor da comunhão de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. Este é o modelo para nossa vida, um dom inestimável, frágil e insubstituível, cheio de maravilhas e de glória. Somente quando estabelecemos uma relação de amor com Deus, com nosso próximo e com o mundo da natureza, pode existir a vida em sua plenitude. A miséria e o caos do mundo são a consequência de nos havermos negado a aceitar o designio de Deus para nós. Constantemente — em público ou em particular — se desfaz a comunidade, se mutila a vida e vivemos isolados. Na vida de Jesus encontramos a verdadeira vida de Deus, frente a frente. Ele experimentou nossa vida, nosso nascimento e nossa infância; nosso cansaço, nossa alegria e nossas lágrimas. Compartilhou a comida com os famintos, o amor com os desprezados, a cura com os doentes, o perdão com os arrependidos. Viveu em solidariedade com os pobres e os oprimi-

dos e, no final, deu sua vida pelos de-mais. No mistério da Eucaristia, Deus ressuscitado nos capacita para viver este modo de dar e receber. "Eu afirmo a vocês que se o grão de trigo não for lançado na terra e não morrer, ele continuará a ser apenas um grão. Mas se morrer, dará muito trigo." (João 12.24) Só o poder transformador do Espírito Santo permite que se possa abrir em nós esse caminho de vida. Essa transformação custa muito; implica que estejamos dispostos a nos expor inclusive à morte em nossa peregrinação para o Reino.

Nesse caminho reconhecemos nossa infidelidade. A divisão da Igreja em pontos centrais de sua existência, nosso fracasso no que se refere em dar testemunho com valor e imaginação, nosso apego a velhos preconceitos, nossa participação na injustiça do mundo, tudo isso nos diz que somos desobedientes. Mas a graça de Deus nos maravilha, porque ainda somos chamados a ser o Povo de Deus, a Casa de pedras vivas edificadas sobre Cristo, seu fundamento. O sinal desta graça é o movimento ecumênico, no qual nenhum membro da Igreja está só.

A Assembléia, por conseguinte, renova seu compromisso com a visão ecumênica. O Senhor ora pela unidade de seu povo, que é um signo através do qual o mundo pode ser conduzido à fé, à renovação e à unidade. Avançamos com passos lentos, tropeçando pelo caminho até a unidade visível da Igreja, mas estamos seguros de que a direção é essencial para nossa fidelidade. Desde a Assembléia de Nairobi, se progrediu em muitas coisas: novas Igrejas unidas, atos de testemunho comum e projetos ecumênicos locais. Existe uma nova convergência teológica, que poderia permitir avanços decisivos para uma comu-

nhão eucarística. Agradecemos especialmente a Deus a esperança que nos deu com o documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" e esperamos que obtenha uma ampla resposta.

Renovamos nosso compromisso com a missão e a evangelização. Por isto entendemos essa profunda identificação com outras pessoas na qual nos é possível propagar a boa nova de que Jesus Cristo, Deus e Salvador, é a Vida do Mundo. Não podemos impor a fé mediante nossa eloquência. Só podemos sustentá-la com paciência e cuidado, para que o Espírito Santo, Deus evangelista, nos inspire as palavras que vamos pronunciar. Temos que traduzir nossa proclamação. Para todas as línguas e para todas as culturas. Qualquer que seja nosso contexto, entre pessoas de religiões de nosso tempo e pessoas que não têm fé, lembramos que o amor de Deus é para todos, sem exceção. Estamos todos convidados ao banquete. Jesus Cristo, o pão vivo, chama a todos os que têm fome, e seu alimento não conhece limites.

Renovamos nosso compromisso com a justiça e com a paz. Da mesma maneira que Jesus Cristo curou e interpelou a vida inteira, nós temos que servir à vida de todos. Vemos que as forças da morte maltratam os dons benéficos de Deus. A injustiça nega a unidade, o compartilhar e a responsabilidade, que são dons de Deus. Quando as nações, os grupos e os sistemas têm poder de decisão sobre as vidas das pessoas, amam a este poder. O caminho de Deus é compartilhar o poder, dá-lo a cada pessoa. A injustiça corrompe os poderosos e deforma os que não têm poder. A pobreza, prolongada e sem esperança, é o destino de milhões de pessoas. A terra roubada é motivo de ressentimento e de guerra; a diversidade de raças se converte na prisão infame do racismo. Precisamos com toda urgência de uma nova ordem econômica internacional na qual o poder seja compartilhado e não se tome com avidez, e estamos comprometidos a esforçar-nos para consegui-lo. Mas voltamos a perguntar: o que acontece com a Igreja? Compartilha-

mos o poder livremente? Não nos estamos apegando às riquezas da Igreja? Afirmando que os poderosos são nossos amigos e fechamos nossos ouvidos aos que não têm poder? Temos tarefas a cumprir próximas de nossa própria casa.

A injustiça flagrante, constante e opressora conduz à violência. Hoje em dia, a vida está ameaçada pela guerra, o aumento das armas de todo tipo e, em particular, a corrida de armas nucleares. A ciência e a tecnologia, que tanto podem fazer para alimentar, vestir e agasalhar a toda a humanidade, podem ser utilizadas hoje para acabar com a vida sobre a terra. A corrida de armamentos absorve em todas as partes grandes quantidades de recursos desesperadamente necessários para manter a vida humana. Aqueles que ameaçam com seu poder militar estão brincando com uma política de morte. Vivemos todos num momento de crise. Levantamo-nos, solidários, em todo lugar no mundo para pedir incessantemente, de todas as maneiras, o fim da corrida armamentista. A vida, dom de Deus, deve ser protegida quando a segurança nacional é usada como pretexto para um militarismo arrogante. As raízes da árvore da paz são feitas de justiça.



A vida é um dom que recebemos. Contemplamos este dom de Deus cheios de gratidão. No culto de abertura da Assembléia, uma mãe levou seu filho até a mesa do Senhor. Era um sinal de esperança e de continuidade de vida. Algumas vezes quase nos acanham a pequenez e a insignificância de nossas vidas, e então nos sentimos desamparados. Mas quando, no Culto, nos alimentamos com o pão da vida, reconhecemos uma vez ou outra o ato de salvação de Deus em Cristo, presente em nossas vidas. Admiramo-nos e surpreendemo-nos que o destino eterno de Deus seja confiado, uma vez ou outra, a homens comuns. Deus corre este risco. As forças da morte são poderosas. Porém mais poderoso é o dom da Vida em Cristo. Comprometemo-nos a viver esta vida, com seus riscos e alegrias e, por isso, com todas as cortes celestiais nos atrevemos a perguntar: "Onde está, ó morte, tua vitória? Cristo ressuscitou! Ressuscitou verdadeiramente!"

VIAGEM AO ANTRÔ DO TERROR

Testemunho de uma indígena guatemalteca, Rigoberta Menchú,
publicado pelo jornal mexicano *Uno Mas Uno*.

Eu me chamo Rigoberta Menchú. Nasci na região do Quiché e aprendi a falar espanhol há treze anos: não tenho pai nem mãe e vou explicar porquê.

Devo dizer, em primeiro lugar, que na Guatemala não há infância para os nossos índios. Sofremos uma situação de repressão e de exploração permanente. Segundo o testemunho de nossos pais, de nossos avós, sempre vivemos no sofrimento. Eu, particularmente, comecei a ganhar a vida aos oito anos, trabalhando nas terras dos senhores da costa sul. Recordo-me que me decidi a trabalhar porque já não suportava mais ver o rosto de amargura de minha mãe, sempre cansada, porque sempre tinha que colher café ou algodão, com o filho recém-nascido às costas e com os outros meus cinco irmãos em redor dela, famintos. Como as crianças que não trabalham não são alimentadas pelos pais, ela não ganhava nunca o suficiente. O meu salário, quando eu comecei, era de vinte centavos.

Se descíamos do planalto para trabalhar nas fazendas era porque o meu pai tinha um pedaço de terra que não produzia lá grande coisa, somente um pouco de milho e de feijão que davam para viver uns quatro ou cinco meses. O restante do ano éramos obrigados a descer para a fazenda. Depois subíamos para o nosso lugar no planalto onde, para sobreviver, cada um tinha que cultivar o pequeno milharal que havia. Era assim a nossa vida. Posso dizer, em vista disso, que não tive infância.

Quando completei onze anos, dois de meus irmãos morreram de desnutrição e na fazenda, porque nós viemos de uma região fria e o intenso calor da costa nos fazia mal. Eu também, uma vez, quase morri de febre.

Quando meus irmãos morreram, a minha mãe pediu permissão para enterrá-los, uma vez que para nós as nossas cerimônias fúnebres são muito importantes; mas negaram isso. Então minha mãe faltou um dia e no dia seguinte voltou ao trabalho. Por causa da falta de um dia, fomos despedidos e nem nos pagaram os quinze dias que havíamos trabalhado. Voltamos então para o planalto; lá, para poder alimentar-nos, mamãe viu-se obrigada a vender alguns animais que tinha. Ao fim de alguns meses, quando

papai voltou da fazenda onde trabalhava, deu-se conta de que tinha dois filhos a menos.

Comecei, então a freqüentar a Igreja, para ver as freiras e os padres, e me tornei catequista. Trabalhava com os jovens, as mulheres e as crianças.

O meu pai e a minha mãe eram os “responsáveis” pela nossa comunidade: isto quer dizer que foram escolhidos e eram procurados em caso de dificuldade ou de enfermidade. Por isso, quando ainda pequena, via meu pai poucas vezes. Quando voltávamos da fazenda e nos reuníamos de novo, ele estava ocupado em defender a comunidade contra os latifundiários que nos queriam tomar os nossos campos. O meu pai contava que se tinha tornado catequista desde jovem. Após o casamento os meus pais foram viver na serra e fundaram um povoado com outras pessoas que meu pai mandou chamar. Todos se dedicaram a limpar o mato e a plantar; entretanto a terra, naturalmente, não deu quase nada; foi preciso esperar anos pela primeira colheita. E quando finalmente a terra teve o seu milho e algum feijão, chegou um patrão reclamando que a terra era dele. Então meu pai, que era o único que falava um pouco de espanhol, teve que discutir o assunto com as autoridades.

Ocupou-se em viajar e buscar apoio para que os chefes nos deixassem tranqüilos. As suas queixas, porém, não foram ouvidas: mandavam-no de um lugar para outro, de Huehuetenango para Quetzaltenango, para El Quiché, à capital, só para assinar papéis; exigiam-lhe que contratasse um advogado, que apresentasse testemunhas e, como falava o espanhol com dificuldade e ainda não sabia ler nem escrever, enganavam-no muito. Quase todo o seu tempo ele dedicava à comunidade, o que o impedia de trabalhar o bastante para ganhar a vida. Foi por isso que nós, seus filhos, tivemos que procurar trabalho no lugar dele. Levantávamos às três da manhã; cada um tinha a sua tarefa; eu tinha que dar de comer aos cães e lavar o milho para as panquecas; outras garotas faziam a massa e cuidavam do fogo, enquanto os homens preparavam as suas ferramentas a fim de irem para o campo. O café da manhã eram panquecas com sal. Às vezes, quando havia, tomávamos mingau. Às quatro da manhã todos estávamos prontos para ir



para o campo. Os habitantes da aldeia se chamavam uns aos outros de porta em porta, aos gritos, a fim de saírem juntos, porque nós trabalhávamos em comunidade.

Em cada casa ficava uma mulher para a limpeza e a comida. À noite comíamos panquecas com pimenta. Nós, as mulheres, ficávamos sentadas no chão, cosendo. Às vezes, os meus irmãos tocavam. Quando a noite chegava íamos dormir. A casa tinha somente um cômodo no qual todos dormíamos e comíamos juntos. Nós nos deitávamos vestidos no chão, em esteiras; por isso acham que os índios são sujos. De fato, porém, fazia muito frio à noite no planalto; as casas só têm tetos de folhas de palmeiras e paredes de varas que deixam passar o vento gelado.

Aos domingos as mulheres vão lavar roupa no rio e os homens vão ao povoado comprar sal e sabão de que precisam, às vezes também vendem feijão da colheita e bichinhos, uma espécie de caracóis que costumamos pescar e que são muito saborosos.

Quando era criança nunca fui ao povoado. O costume entre nós não permite que a garota ande sozinha; têm que ser pelo menos duas, porque a nossa vida se desenvolve em comunidade. Além disso, havia, na nossa aldeia, uma casa comunal, onde podíamos reunir-nos e celebrar as nossas festas; uma vez por semana cumprímos os ritos de nossos antepassados e, uma vez ou outra os da Ação Católica. Quando bem pequenos, os nossos pais nos ensinavam a toda hora que é preciso sermos fiéis aos nossos antepassados, à nossa cultura, às nossas tradições. Por exemplo, antes de plantarmos, temos que pedir permissão à terra para feri-la, porque, para nós, a terra é sagrada; só temos direito de cavá-la para nosso sustento. Do mesmo modo, quando cortamos uma árvore ou galhos para construir as nossas casas, se faz uma cerimônia a fim de pedir perdão à Natureza. Tampouco temos o direito de colher flores. As mulheres grávidas, durante a gestação, devem contar a seus bebês tudo o que vêm quando passam pelo campo; dizer-lhes os nomes das plantas, das flores e dos animais; explicar-lhes a cada instante, coisas da natureza. Quando a criança nasce, tem um "nahual" (ente natural que atua como espírito protetor, totem) que varia de acordo com o dia do nascimento e que sempre é um animal; o nome não lhe é revelado até que seja adulto, a fim de que não sofra influência do caráter do animal.

Nós catequistas, ensinamos a Bíblia: é preciso memorizá-la e na língua indígena, porque não sabemos nem ler, nem escrever, nem falar espanhol. O padre somente vinha ao povoado uma vez por mês. Foi meu pai que me ensinou a ser cristã quando ainda era muito pequena, logo que comecei a falar; e também me ensinou a ser índia e não me tornar ladina (mestiça), dizia-me que nós, os índios, devíamos conservar os nossos hábitos, porque de outra forma perderíamos a nossa dignidade.

Às vezes, quando havia algum nascimento ou casamento, celebrávamos festas nos ritos de nossos ancestrais; nesses dias comíamos carne e panquecas e cada um, por sua vez, usava da palavra para contar a história de seus antepassados. Outras vezes íamos à festa do povoado e ali todos ficavam à vontade: as pessoas bebiam até se embriagarem; caíam mortos de bêbedos, homens e mulheres. Meu pai e minha mãe também. Nessas festas se vêem constantemente mulheres embriagadas.

Lembro-me de meus quinze anos, foi em 1973. Pela primeira vez meu pai foi preso. Acusaram-no de provocar desordens, de atentar contra a autoridade soberana da Guatemala. Minha mãe teve que deixar-nos sozinhos para procurar um advogado que cuidasse do processo de meu pai. Achou um de El Quiché, que cobrava muito caro. Por isso teve que trabalhar como servente e tudo o que ganhava era para pagar ao advogado. E logo foi pronunciada a sentença e meu pai foi condenado a dezoito anos de cadeia. Soltaram-no depois de um ano e dois meses, mas o ameaçaram de prendê-lo para o resto da vida se tornasse a causar problemas.

Enquanto meu pai estava preso, apareceram uns ricaços e, como ninguém sabia espanhol nos amedrontaram: fizeram-se passar por engenheiros agrônomos e começaram a medir as terras e diziam aos camponeses que ou iam embora, ou ficavam como assalariados, porque as terras eram deles. Logo os pistoleiros nos ameaçaram expulsar; entraram em nossas casas, tiraram os nossos pertences e rebentaram tudo, porque só tínhamos panelas de barro. Quando o meu pai voltou, decidiu dedicar-se ainda mais à defesa de sua comunidade até dar a sua vida por isso; e continuou fazendo viagens à capital. Nessa época, entretanto, nós pensávamos que os nossos inimigos eram somente os grandes latifundiários. E não atentávamos para o fato de que eram todos os ricaços que nos perseguiam a nós, os camponeses.

Meu pai tomou contacto com o Instituto Nacional de Transformação Agrária e lá também lhe fizeram assinar papéis, tornar a retomar contactos a fim de obtermos nossos títulos de propriedade e lhe disseram que devia continuar cultivando a terra. Logo, no caminho de volta, foi seqüestrado por pistoleiros do proprietário, os quais o torturaram e o abandonaram na montanha pensando que estivesse morto. Então a minha mãe teve que deixar-nos novamente para ir ao povoado onde meu pai ficou hospitalizado pela influência dos padres; chegava a ver-nos só de dois em dois meses. Um dia, os empregados do patrão

informaram que meu pai ia ser seqüestrado novamente, alguns sacerdotes então nos ajudaram a transferi-lo para uma clínica particular. Aí ficou muito tempo, quase dois anos. Quando saiu já não era o mesmo: sentia dores e não podia trabalhar no campo. Desforrou-se brigando com as autoridades.

A partir de então jamais viajava sozinho, ia com outros camponeses à capital. Mas os ricaços tripudiavam sobre nós: nos pediam dezenove mil quetzales (1 quetzal = 1 dólar), porque, segundo eles, a terra é propriedade nacional, significa que pertence ao Estado. Porém nós camponeses não tínhamos nem vinte quetzales, nem em sonhos podíamos ter dezenove mil.

Em 1977 meu pai foi mandado para a cadeia. Desta vez foi acusado de comunista e terrorista, enquanto nós bem sabíamos que somente éramos pobres. A comunidade tentou protestar contra as autoridades. Para se ir a um juiz tem que ter um fiador; para se dirigir ao governador, precisa ter um advogado; e para falar com os deputados ou com os presidentes tem-se que sofrer todos esses contratemplos, passar por todas essas entrevistas em série, indo de um personagem a outro. É preciso esperar e nós, camponeses, já não temos tempo para esperar.

Começamos então a nos organizar. Como já disse, fui e sou uma catequista fervorosa. Na comunidade começamos a refletir juntos sobre o que a Bíblia nos diz. Por exemplo, a história de Judite me impressionou muito: cortou a cabeça do rei para salvar seu povo. Nós também entendemos que frente à violência dos ricos, devíamos responder com outra violência, a violência da justiça. Também nos ajudou muito o exemplo de Moisés: Moisés conduziu o seu povo através do mundo para salvá-lo. Começamos a construir acampamento a fim de passarmos a noite na serra, com o objetivo de impedir que as tropas nos matassem enquanto dormíamos. Ensinamos as crianças a ficarem de vigias de dia para que pudessem prevenir-nos quando os soldados chegassem ao povoado. Este foi o início de nossa autodefesa. E foi com base na Bíblia que organizamos a nossa luta. Também nos fortaleceu, por outra parte, o exemplo de nossos antepassados entre os quais houve muitos mártires e grandes heróis. Para que ficássemos tranqüilos, tentaram fazer-nos crer que não tinham lutado quando os conquistadores chegaram; nós, porém, sabemos perfeitamente o que aconteceu. Não nos deixaram nada escrito e por isso a Bíblia nos é útil. Além do mais isso concorda com as nossas próprias crenças, porque nós também temos um só Deus, o Sol, que é o coração do céu.

Por isso nos organizamos, e a resposta foi uma incrível repressão e, acima de tudo a perseguição aos catequistas. Nisso foi libertado meu pai. No cárcere, ele tinha conhecido um mestiço que era preso político e que lhe explicou que o inimigo não era somente aquele grande proprietário que nos queria tirar nosso pedaço de terra. Compreendeu ao mesmo tempo que a nossa luta não poderia ser a mesma

que no passado e que, já que a sua vida estava em perigo, tinha que optar pela clandestinidade e levar uma vida escondida. Já não se encontrava mais em casa e ia a lugares que nem conhecíamos, porque entendia que a nossa vida estaria em perigo se estivéssemos juntos dele.

Os mais ativos da comuniade não demoraram a perceber; passaram a reconhecer os dirigentes pelo sistema de cooperativas. Os Comitês da Unidade Camponesa foram criados em 1978; meu pai se alistou, porque nesse tempo já percebíamos os nossos problemas a partir do ângulo político. De fato, nós chegamos por nós mesmos a tal compreensão, coisa nada extraordinária, porque nós, os pobres, somos os únicos que sabemos o que é fome, sofrimento e dor. Quando do assassinato de cento e seis camponeses em Panzós — homens, mulheres e crianças que jamais tinham provado carne e nunca tinham possuído um par de sapatos — intensificamos a nossa luta. A morte deles nos deu esperanças, porque é iníquo que o sangue de toda essa gente seja esquecido para sempre: nosso dever nesta terra é revê-los.

Um de meus irmãos era catequista. O outro, secretário de uma cooperativa da aldeia: este era seu único crime; porém o seqüestraram e esteve durante dezesseis dias nas mãos do exército, e o torturaram. Ele só tinha quatorze anos, arrancaram-lhe as unhas, cortaram-lhe a língua, destruíram-lhe as plantas dos pés; queimaram-lhe a pele: eu o vi com os meus próprios olhos e não o esquecerei jamais! Um dia, o exército fez circular um aviso entre as comunidades, ordenava que todos se apresentassem no dia seguinte numa das aldeias para assistirem ao castigo que os guerrilheiros iam receber. “Certamente meu filho vai estar ali”, disse mamãe. Caminhamos parte da noite e o dia seguinte para chegar lá. O meu pai, que tomou conhecimento do desaparecimento de meu irmão, nos acompanhou. Às oito da manhã, chegou o caminhão militar; fizeram descer uns vinte homens já sem qualquer aparência humana e entre eles desceu meu irmãozinho. Custou-nos reconhecê-lo e nem estávamos muito seguros de que fosse ele: estava tão desfigurado que nem parecia um ser humano. Pudemos ver então os sofrimentos de nossos camaradas e constatar que chamavam de guerrilheiros as pessoas da aldeia vizinha ou conhecidos nossos que tínhamos encontrado nas fazendas: entre outros, os catequistas e meu irmãozinho.

E tive que assistir a essa coisa horrível que foi a grande amargura de minha vida. Até esse momento, o meu maior sofrimento foi o de ver a minha amiga, catequista também, morrer perto de mim, intoxicada pela passagem de um avião que nos sobrevoava lançando fumigentes.

Puseram os prisioneiros em fila, vestidos de soldados; o capitão que comandava o pelotão fez um discurso que era interrompido de vez em quando a fim de ordenar ao pelotão que mantivesse de pé os prisioneiros. Foram levantados a coronhadas, eles, porém, caíam de novo. Ao terminar o discurso, o capitão declarou que todos os subver-

Como mulher tomei a decisão de não me casar e de não ter filhos... Eu não podia suportar que acontecesse a um de meus filhos o que sucedeu a meu irmão.



sivos seriam tratados dessa maneira. Quando deu ordem para que os despissem, foi preciso cortar os uniformes, porque o sangue das feridas grudava o tecido à pele. Seus corpos estavam desfigurados. Foram amarrados e amontoados; logo o capitão ordenou que lhes jogassem gasolina e atessem fogo. Eu olhava o meu irmão que não morreu imediatamente, nem os outros. Havia aqueles que gritavam; outros já não podiam respirar e não gritavam, mas continuavam-se movendo e retorciam os corpos. Desgraçadamente, em nossos casebres não havia água e não podíamos apagar o fogo; quando chegou a água já era muito tarde.

Os soldados se retiraram gritando alegremente: "Viva o exército! Viva o presidente Lucas! Morte aos guerrilheiros!" Minha mãe abraçava ainda o corpo do meu irmão; eu chorava; todos chorávamos e tínhamos ódio. Não podíamos demonstrá-lo matando como eles matam; porém o ódio fortaleceu o nosso desejo de luta. Meu pai não chorou; ficou imóvel, assistindo a tudo sem esboçar um gesto.

Quando voltamos para casa, estávamos meio loucos, como se tivesse sido pesadelo. O meu pai saiu logo após dizendo que tinha muito que fazer pelo seu povo, tinha que ir de aldeia em aldeia para contar o que tinha acontecido. Nessa ocasião abandonou a casa definitivamente. Pouco depois foi minha mãe que decidiu percorrer as regiões de Chimaltenango e de Huehuetenango para testemunhar o que tinha visto. Dizia ela: "Como mulher, tenho que contribuir com o meu testemunho a fim de que outras mães não sofram o que sofri e não presenciem a tortura e o assassinato de seus filhos". Levou com ela a minha irmã menor; também se foram meus irmãos e minha irmã de nove anos, ela disse que ia para a guerrilha, para não morrer de fome nem acabar assassinada pelos soldados.

Pouco tempo depois meu pai foi assassinado. Com um grupo de camponeses decidiu ocupar a embaixada espanhola na capital para protestar contra a repressão em El Quiché. Nessa ocasião vinte e um indígenas provindos das comuni-

dades Quinché, Ixil, Achí e Pocomchí, mais um operário, um colono e quatro estudantes foram queimados vivos na embaixada. Houve apenas um sobrevivente que foram pegar no hospital e o seqüestraram; o cadáver dele, alguns dias após, foi jogado na porta da Universidade. A consequência desse golpe à embaixada foi a criação da Frente Popular 31 de Janeiro, formada por seis organizações de massa juntamente com a organização dos Cristãos Revolucionários Vicente Menchú. A referida Frente foi organizada no dia seguinte ao da morte do meu pai. A chacina da embaixada foi uma lição a mais para que nos organizássemos cada vez mais solidamente.

A minha mãe morreu três meses depois: os chefes militares a estupraram e torturaram como fizeram com o meu irmão. Fizeram-na sofrer durante muito tempo para que denunciasse os guerrilheiros. Nós sabíamos que eles estavam lá para cima nas montanhas distantes. Desciam, às vezes para pegar alimentos; de início, nós não tínhamos confiança neles; logo, porém, entendemos que eles tinham, pelo menos, armas para lutar contra o exército, enquanto que nós, no início de nossa autodefesa, utilizávamos apenas as armadilhas inventadas pelos nossos antepassados. Foi a minha mãe que, indo de um povoado a outro, conheceu os guerrilheiros. Quando ela não esperava outra coisa que a morte, quase agonizante, o comandante mandou que lhe pusessem soro e lhe dessem de comer.

Eles a reanimaram, e quando recobrou as forças, continuaram a torturá-la. O ser humano pode suportar muitos golpes, mas a sua resistência tem os seus limites, muitas vezes. A agonia de mamãe começou de novo. Puseram-na debaixo de uma árvore, em campo aberto, seu corpo se encheu de larvas. Há uma mosca que pousa nas feridas, lá na nossa terra, e põe ali os seus ovos de vermes. Os soldados tomavam conta dia e noite para ninguém ir libertá-la. Ela resistiu muito tempo, mas logo veio a morrer debaixo de sol e ao frio. Nem sequer nos permitiram recolher o cadáver. A tropa ficou até que os abutres e os cães a devoraram. Esperavam dessa forma nos atemorizar. Ela não tem



sepultura. Mas nós fomos informados de tudo o que aconteceu com ela, pelas notícias que escutamos das pessoas que viram e souberam.

Nós, seus filhos, os órfãos, tínhamos que encontrar outra forma de luta: era impossível prosseguir do mesmo modo. Há anos fui trabalhar como doméstica na cidade, pensando que a coisa mudaria. Porém, a patroa rica com quem eu trabalhava pediu-me que tirasse as roupas indígenas. "O que dirão os meus amigos se te encontram na minha casa com essa roupa?", dizia-me. "Eu te adianto dois meses de salário para comprares roupas; se não, tens que ir embora." Ela sabia muito bem que eu falava somente o espanhol, que não conhecia a cidade. Dava-me de comer panquecas e ao cachorro dava carne; compreendi então que para eles um índio é pior que um cachorro. Porém, depois da morte de meus pais, considerei-me covarde por não querer comprometer-me mais intensamente com a nossa luta. A mim, que sou a mais velha, eram as minhas irmãs menores que me davam coragem. Diziam-me elas que a única maneira de honrar o sangue derramado por nossos pais era lutar e seguir o caminho que nos tinham traçado.

Os meus irmãos tinham escolhido outras formas de luta. Nos separamos. Eu nada sei deles nem eles de mim. No que me diz respeito, optei pela luta de massas e me uni à organização dos Cristãos Revolucionários. Embora nesse tipo de luta se corram maiores riscos. Em todo caso, a minha experiência de catequista e o fato de ter visitado todas as etnias do país muito me ajudaram. Procurei aprender corretamente o espanhol, o que era necessário para nos entendermos uns aos outros, uma vez que eu conheço três línguas indígenas, mas ninguém pode conhecer as outras vinte e uma línguas que se falam na Guatemala.

Como mulher tomei a decisão de não me casar e de não ter filhos. Segundo a nossa tradição isso é uma coisa inaceitável: uma mulher deve ter filhos e a nós nos agrada tê-los; eu, porém, não podia suportar que acontecesse a um de meus filhos o que sucedeu a meu irmão. Muitas vezes, nos meus momentos de sofrimento, desejei que minha mãe tivesse abortado e que jamais me tivesse dado à luz. Antes de ter filhos é preciso mudar a situação. Não se pode imaginar o que é o sofrimento quando ele é duramente forte. Faz tanto tempo que estamos naquele lugar sofrendo, esperando. Os mestiços festejam o dia de Tecún Umán, um herói indígena que lutou contra os espanhóis. Nós nos

negamos a festejá-lo porque não podemos aceitar que o nosso combate se reporte ao passado, como se tivesse terminado. Nós não cessamos ainda de lutar. Os índios são considerados idiotas porque baixam a cabeça, porque não sabem falar, mas nós temos plena consciência do que somos e dos direitos que temos. Foi justamente tal consciência que me fez renunciar a ter filhos e me levou a comprometer-me em nossa luta. Não quero tão pouco um noivo, porque seria uma dor a mais: seguramente o matariam e não quero chorar mais uma vez. Noutra época eu tive um namorado que era da minha raça; foi para a cidade sonhando casar-se quando regressasse, ter sua casa, viver em paz. Isso, porém, para mim, não era possível. Já não sou dona de minha pequena existência; o mundo no qual vivo é tão cruel, tão sanguinário que vai acabar comigo de um momento para o outro. Por isso eu não posso fazer outra coisa senão lutar, praticar essa violência que aprendi na Bíblia.

Além do mais, não creio que a Bíblia sirva para explicar tudo. Da mesma forma disse a um camarada marxista que se surpreendeu que uma cristã como eu desejasse fazer a revolução: o marxismo tampouco encerra toda a verdade: e eu lhe mostrei que se eu combatia era para que me tratassesem como um ser humano. Não faz muito que ousei discutir dessa forma, sobretudo com os camaradas homens, porque também existe o problema do machismo. Ainda agora, que me tornei dirigente, fiz mal em criticar um camarada e lhe dar um castigo, porque os homens dificilmente aceitam isso quando vem de uma mulher. Porém, consegui obter algumas coisas. E sinto que fiz um bom trabalho para o meu povo, embora ainda tenha de aprender muito e tenha um longo caminho a percorrer.

É isto que posso deixar como meu testemunho. Há todavia uma porção de pequenas coisas que seria longo contar. Luto para ser reconhecida e tratada como um ser humano. Certa vez escutei um mestiço que dizia: "Sou pobre, porém escutem, não sou um índio", e mais tarde conheci mestiços que combatiam conosco e que compreenderam que éramos iguais a eles e como eles, seres humanos. Se lhes narrei a minha vida, se aproveitei esta possibilidade, é porque sei que o meu povo não pode contar a sua história, a qual, porém, não é diferente da minha. Não sou a única órfã; quase todos os meus vizinhos, todos os meus amigos e conhecidos foram assassinados e deixaram crianças órfãs.

(Testemunho recolhido por Elisabeth Burgos)



tempo e presença

Encarte de Tempo e Presença
número 187
outubro de 1983

Casa de Pedras Vivas

**Mensagem do Secretário Geral
do Conselho Mundial de Igrejas,
Philip Potter, na Sexta Assembléia,
em Vancouver B.C., Canadá, 1983.**

Permitam-me dar-lhes, mais uma vez, cordiais boas-vindas a esta Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas que se realizará em Vancouver. É a segunda vez, nestes trinta e cinco anos de existência do Conselho, que a Assembléia se reúne na América do Norte. A outra foi a Segunda Assembléia, realizada em Evanston, Illinois (Estados Unidos) em 1954, e cujo tema foi “Cristo, a esperança do mundo”. Reunimo-nos, então, numa época de temor e desespero, caracterizada pelo enfrentamento entre o Leste e o Oeste e pelas lutas sustentadas pelos povos de todo o mundo para conseguir a justiça política, econômica e racial. A “caça às bruxas” empreendida por McCarthy fazia estragos nos Estados Unidos e seus efeitos foram sentidos na Assembléia. Contudo, podemos dizer juntos na Mensagem de Evanston:

“Aqui, onde nos encontramos (submetidos ao juízo de Deus e nas sombras da morte), Jesus esteve conosco. Veio a nós, como verdadeiro Deus e verdadeiro homem para buscar-nos e para salvar-nos. Embora fôssemos inimigos de Deus, Cristo morreu por nós. Nós o crucificamos, mas Deus o ressuscitou dentre os mortos. Ele ressuscitou. Triunfou sobre as forças do pecado e a morte. Uma nova vida começou. E no poder de sua ressurreição e de sua ascenção aos céus, enviou ao mundo uma nova comunidade que está unida por seu Espírito, que compartilha sua vida divina e tem a missão de anunciar-ló no mundo inteiro” (Informe de Evanston, p. 1).

Essas palavras continuam sendo apropriadas neste momento em que nos reunimos — quase trinta anos depois — sob o tema “Jesus Cristo, vida do mundo”. Vimos a Vancouver compartilhando a vida divina em Cristo e dese-

jando oferecê-la, em toda a sua plenitude, aos povos do mundo. Em comparação com a Assembléia de Evanston, constituímos, nesta ocasião, uma reunião muito mais representativa de pessoas procedentes de todas as partes do mundo. Além disso, pesa sobre nossa reunião uma atmosfera de temor e desespero muito mais sombria do que em 1954. O enfrentamento entre o Leste e o Oeste, e entre o Norte e o Sul, bem como os conflitos por motivos de sexo, raça, classe e religião em numerosos países são, atualmente, muito mais violentos e complexos. A própria sobrevivência da espécie humana se vê diariamente ameaçada.

Na Quinta Assembléia, realizada em Nairóbi em 1975, tivemos a sensação de nos encontrarmos no deserto, como os filhos de Israel depois do Êxodo, cheios de dúvidas e temores. Não obstante, apesar da dor e dos conflitos que vivemos durante essa reunião, não abandonamos as posições que havíamos adotado, nem os programas que havíamos iniciado após a Quarta Assembléia, realizada em Upsala em 1968. Pelo contrário, fiéis a nossa vocação, nos comprometemos a continuar avançando e a empreender programas mais concretos, inclusive polêmicos. Examinando o relatório oficial “De Nairóbi a Vancouver”, que o Moderador apresentou já com abundância de detalhes e perspicácia, podemos ver que, no deserto de nosso tempo, temos sido capazes de receber e proclamar a palavra de vida de Deus; mais do que nunca, temos estabelecido contatos com uma diversidade maior de pessoas e visitado mais Igrejas do que nunca; temos trabalhado em prol da unidade da Igreja e da renovação da humanidade; temos tentado responder às necessidades humanas em todas as partes do mundo e ser solidários com os oprimidos e os despojados; temos falado e agido em situações de conflito.

Em sentido profundo, a Igreja, por sua própria natureza, está sempre no deserto, prosseguindo sua peregrinação para a Cidade de Deus ou, como diz a Carta aos Hebreus para o mundo (*oikoumene*) vindouro (2.5). A Igreja é o Povo de Deus, criado e consagrado através do Éxodo, na morte e ressurreição de Cristo. Ela é chamada a participar dos sofrimentos de Cristo pela salvação do nosso mundo quebrantado e dividido. No começo da sua história, a Igreja era uma comunidade de pessoas dispersas por todo o Império Romano, carentes de qualquer estatuto jurídico ou social, e expostas ao açoitamento, à perseguição e à morte.

A Primeira Carta de Pedro dirigia-se a essas igrejas da diáspora. Temos usado uma passagem dessa Carta para uma das *imagens de vida* dos nossos estudos bíblicos preparatórios desta Assembléia (1 Pedro 2.4-10). Intitula-se “Casa de Pedras Vivas”, que se entende como imagem da Igreja. Gostaria que meditássemos um momento sobre o que significa a Igreja como “casa de pedras vivas”, num mundo hostil que aspira a ser uma casa de pedras vivas, uma comunidade que vive do intercâmbio fraterno compartilhado na justiça e na paz. Espero que esta meditação bíblica nos ajude a refletir sobre o que temos aprendido durante estes trinta e cinco anos de existência do Conselho Mundial de Igrejas, sobre a natureza e a vocação das igrejas e do próprio Conselho, como comunidade de Igrejas. Pedro exorta as igrejas da diáspora:

“Achegando-vos a ele, pedra viva, rejeitada certamente pelos homens, mas para Deus escolhida e preciosa, vós também, como pedras vivas, sois edificados como casa espiritual e sacerdócio santo, para oferecerdes sacrifícios espirituais agradáveis a Deus, por intermédio de Jesus Cristo” (1 Pedro 2.4, 5).

Cristo é a pedra viva e preciosa enviada por Deus. Como diz o Salmista, “A pedra que os arquitetos rejeitaram tornou-se depois pedra angular” (118.22). Desse modo, Cristo, rechaçado e crucificado, é agora o Senhor ressuscitado portador de vida. Esse é o fundamento da nossa fé e a base do Conselho Mundial de Igrejas.

Na realidade, segundo os Evangelhos, o próprio Jesus mencionou este salmo, o último de uma série de salmos chamada “*Halel*” (Louvores) que eram cantados em Jerusalém durante e depois da grandes festas (Salmos 111-118). O Salmo 118 era cantado depois da Páscoa — alimento que constituía o laço de união do povo de Israel na véspera do Éxodo. Jesus citou esse versículo do Salmo 118 na discussão que manteve com as autoridades religiosas que planejavam a sua morte (Marcos 12.1-12), às vésperas do que Lucas chama de sua partida (Lucas 9.31). Disse aos seus discípulos que iria ser desprezado e morto e que ressuscitaria depois de três dias (Marcos 8.31). Ao recordar a sua experiência com Jesus e o que aprendeu com ela, Pedro diz às igrejas da diáspora, na Ásia Menor, tal como nos diz hoje, que confessar o Cristo significa participar dos seus sofrimentos e compartilhar a sua vida ressuscitada. Convida-as, e nos convida a nós, a continuar caminhando, dia após dia, para Cristo, pedra viva, para que, também nós, sejamos pedras vivas, compartilhemos sua vida e conti-

nuemos seu ministério de sofrimento pela humanidade com jubilosa esperança.

Entretanto, ser pedras vivas significa para os crentes não permanecer isolados, sozinhos, petrificados, mortos. Pelo contrário, recebem a vida e são edificados como casa (*oikos*) animada pelo Espírito. Cristo é a pedra angular, e o Espírito permite que os que vêm a Cristo sejam edificados (*oikodomein*) como essa casa.

Pois bem, a palavra *casa* era rica de significados no pensamento dos povos do Oriente Médio. Queria dizer, entre outras coisas, comunidade, nação, cultura, modo de vida, estrutura, ambiente. Deus disse a Abraão que saísse da casa — *bayith, oikos* — de seu pai (Gênesis 12.2), isto é, que abandonasse a sua nação e a sua cultura para formar uma nova casa, *oikos*, mediante a aliança; uma casa fundada na sua fé em Deus e na sua obediência a ele (Gênesis 15.6; 17.12-13). Essa nova casa, esse novo povo de Deus, viu-se subjugado na “casa de servidão” no Egito. Mediante o Éxodo, foi libertado do Faraó (palavra derivada do egípcio *per-aa*, a Grande Casa) e chegou a ser “a casa de Israel”. Esta casa recebeu normas de vida que se baseavam na sua libertação do Egito e eram orientadas pela palavra libertadora do pacto (Êxodo 10.23). A fim de que a casa de Israel continuasse sendo plena e constantemente consciente da natureza da sua existência e da sua missão, criou-se a casa de Deus, o lugar de culto, o templo, no qual o povo oferecia sua vida e seu trabalho a Deus e dele recebia a graça renovadora.

O drama do povo de Israel é que foi deixando de ser fiel ao Fundador da casa e se adaptou às atitudes espirituais e éticas das casas e culturas que o rodeavam, *oikoi*. Também deixou de viver como uma família fiel ao pacto, compartilhando uma vida comum na verdade, na justiça e na paz, como repetidamente os profetas que haviam recordado. Por exemplo, disse Jeremias:

“Não vos fieis em palavras enganadoras que dizem: Templo de Javeh, templo de Javeh, templo de Javeh é este. Mas se melhorardes completamente vossos caminhos e vossas obras; se verdadeiramente praticardes a justiça entre o homem e o seu próximo; se não oprimirdes o peregrino, o órfão, a viúva, nem derramardes neste lugar o sangue inocente, nem andardes, para desgraça vossa, atrás de deuses alheios, então eu vos farei morar neste lugar, na terra que dei a vossos pais para sempre... É, por acaso, a vossos olhos uma caverna de bandidos esta casa, na qual é invocado o seu nome? Eis que também eu o vejo diz Javeh” (Jeremias 7.4-7, 11).

O que diz Jeremias é que o povo de Deus, a casa de Israel, repousa sobre certas qualidades e obrigações — justiça e misericórdia — e sobre uma fidelidade absoluta a Deus, Senhor da casa. O seu fundamento é a Torah, a Lei, as palavras da Aliança. Toda casa é realmente construída sobre as qualidades que permitem aos seus habitantes viver juntos em comunidade e desfrutar o bem-estar comum (*shalom*, paz). Quando faltam essas qualidades, a casa não se sustém. As instituições e estruturas, *oikoi*, adquirem um caráter demoníaco, quando as pessoas perdem essa força vital, essa integridade e essa determinação claras, que lhes

permitem analisar, retificar e transformar a sua situação. Por conseguinte, chega um momento em que essas estruturas devem ser destruídas a fim de que outras novas possam ser edificadas — uma nova casa, *oikos* — sobre uma base nova ou uma nova aliança que permita, a cada um, ser responsável por si mesmo e pelos demais, diante de Deus (Jeremias 31.27-34). Foi isso o que Jesus fez, quando disse que se destruiria o antigo templo na sua crucifixão e que em três dias ele tornaria a edificá-la pela sua ressurreição (João 2.19-21).

Pedro afirma que no Cristo crucificado e ressuscitado se edificou essa nova casa e que todo aquele que dele se aproxima é pedra viva que faz parte integrante da casa, compartilha uma vida comum e oferece a sua vida inteira e a de todos a Deus, no Espírito e por Jesus Cristo. Pedro continua falando, e emprega, de forma nova, algumas das velhas imagens utilizadas na casa de Israel, quando fala dos crentes como “raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido por Deus” (1 Pedro 2.9). Com isso ele quer dizer que os crentes, como pedras vivas, derrubam as barreiras do racismo e se estão convertendo na verdadeira raça humana feita à imagem de Deus; que todos aqueles que crêem, mulheres e homens, são sacerdotes do Rei e Soberano de suas vidas, as quais, juntamente com o mundo, oferecem a Deus através de seu culto e de seu testemunho; que o nacionalismo, com todas as suas atitudes de exclusão, dá passagem a uma comunidade consagrada a Deus é a seu designio de unir numa só casa, *oikos*, todas as nações em sua diversidade; e que todos são o povo de Deus, isto é, um sinal do designio de Deus (*oikonomia*, administração da casa) de unir todos os povos numa família humana, na justiça e na paz. Esta casa é a que haverá de anunciar as maravilhas de Deus, que tirou o seu povo das trevas levando-o para sua admirável luz (1 Pedro 2.9). Esse é o modo como Pedro expressa o que o Credo nos faz confessar: “*Creio na Igreja, una, santa, católica e apostólica.*”

Esta imagem e esta concepção da casa viva (*oikos*) é a que tem motivado o movimento ecumênico. Como se sabe, “ecumênico” deriva da palavra grega *oikoumene*, toda a terra habitada. É um termo que passou ao uso comum quando Alexandre, o Grande, estava conquistando o Oriente Médio. Era sua intenção que os povos saíssem de seu isolamento cultural e participassem de uma vida cosmopolita através da qual descobrissem a sua verdadeira humanidade. Isso era a *oikoumene*. Quando os romanos conquistaram o mundo helênico, seus governantes foram saudados como senhores e salvadores da *oikoumene*.

Sobre a base destes antecedentes, podemos entender por que se empregou essa palavra ao traduzir-se para o grego o Antigo Testamento e ao escrever-se o Novo Testamento. O Salmo 24.1 diz o seguinte: “*De Javeh é a terra e a sua plenitude; o mundo (oikoumene), e todos os que nele habitam*”. Não César, mas Javeh — o qual sempre esteve e está presente no mundo — é o Senhor e o Salvador da *oikoumene*; quem o governa na verdade, na justiça e na paz; e manifesta o seu designio através do povo da aliança, a casa de Israel. Seu designio é que toda a *oikoumene* o reconheça como verdadeiro Senhor e Salvador. Através

dele, a humanidade verdadeira se converte numa promessa e numa realidade. O Novo Testamento nos fala, por exemplo, da pregação de Paulo em Tessalônica e da formação de uma “igreja-casa”. Há tumulto contra os cristãos e alguns são causados ante as autoridades da cidade: “*Estes homens que amotinam o mundo oikoumene estão agora aqui... e todos eles contrariam os decretos de César, dizendo que há outro rei, Jesus*” (Atos 17.6-7).

O movimento ecumênico é, pois, o meio pelo qual as Igrejas, que formam a casa (*oikos*) de Deus, estão procurando viver e testemunhar perante o mundo todo, de modo tal que a transformação da totalidade da *oikoumene* — ao converter-se na *oikos* de Deus, graças a Cristo crucificado e ressuscitado, e no poder do Espírito, portador da vida — venha a ser uma realidade. O Conselho Mundial de Igrejas foi criado em 1948, precisamente como um meio para que esse processo tivesse lugar no conjunto da vida e no testemunho das Igrejas, em resposta a todas as exigências de Deus no tocante à vida da *oikoumene*. O que temos nós aprendido durante estes trinta e cinco anos da viagem ecumênica sobre a natureza e a vocação das Igrejas que se comprometeram a ser uma comunidade (*koinonia*)? Eis aqui uma outra maneira de expressar aquilo a que Pedro chama “a casa” (*oikos*), formada pelas Igrejas espalhadas pelo mundo todo e que, juntas, constituíram o Conselho Mundial de Igrejas.

Em primeiro lugar, aprendemos a ser uma comunidade de confissão. De fato, a base do Conselho Mundial consiste em ser “uma comunidade de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, de acordo com o testemunho das Escrituras, e procuram responder juntas à sua vocação comum para glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo”.

Reuniram-se as Igrejas, após séculos de separação, numa comunhão fraterna de comunidades confessantes que vivem “conforme as Escrituras”. Graças à renovação bíblica dos últimos cinqüenta anos aproximadamente, as Igrejas voltaram a atenção para as palavras de Pedro: “*Porque chegou o momento de começar o juízo pela casa (oikos) de Deus*” (1 Pedro 4.17). Este foi o descobrimento revolucionário de Martinho Lutero, de cujo nascimento celebramos este ano o quingentésimo aniversário. Foi ele quem trouxe novamente a palavra soberana de Deus, que julga e salva, ao centro da vida da Igreja, para que esta pudesse ser reformada e, numa reforma constante, se tornasse numa verdadeira casa de pedras vivas.

Através do Conselho Mundial, as Igrejas têm sido levadas a compartilhar entre si as formas em que confessam a sua fé e, corrigindo-se mutuamente, às vezes têm-se dado conta da sua incapacidade de viver conforme as exigências do Evangelho. O movimento ecumênico é, antes de tudo, um chamado às Igrejas para o arrependimento (*metanoia*). Uma conversão do coração e do espírito ao oferecimento e às demandas de Cristo — pedra viva — e uma abertura maior para a confissão comum da fé, com audácia e com alegria, em meio às tormentas deste mundo.

Desejo dar um exemplo dos progressos que fizemos como comunidade confessante. Quando as Igrejas Ortodoxas e as

Igrejas da Reforma se uniram para formar o Conselho, havia entre elas uma grande falta de confiança. Independentemente de não se aceitarem como Igrejas no pleno sentido da palavra, tinham atrás delas uma longa história de proselitismo: Igrejas que professavam a sua fé dentro de um espírito de competição e procuravam converter fiéis de outras Igrejas. Na terceira Assembléia, realizada em Nova Déli em 1961, quando o Conselho Missionário Internacional se integrou no Conselho Mundial de Igrejas, foi aprovada uma declaração sobre o tema “Testemunho Cristão: Proselitismo e liberdade religiosa”. Fez-se um apelo às Igrejas para que rejeitassem qualquer forma de proselitismo a fim de que, desse modo, tornassem mais fiel e mais convincente o seu testemunho comum de Cristo. Dentro desse mesmo espírito, o Concílio Vaticano II fez, em 1965, uma declaração sobre a Liberdade Religiosa. Depois, em 1970, o Grupo Misto de Trabalho da Igreja Católica Romana e o Conselho Mundial de Igrejas redigiram um documento de estudos sobre “Testemunho Cristão e Proselitismo”, no qual se fazia ressaltar com mais vigor ainda a importância do testemunho comum. Em 1980, esse mesmo Grupo Misto de Trabalho decidiu publicar uma declaração sobre o “Testemunho Comum”, onde se expunham muitos exemplos de como algumas comunidades cristãs confessavam a sua fé com palavras e obras. Por intermédio do Conselho Mundial, as Igrejas puderam, assim, superar muitos obstáculos que se opunham ao seu testemunho comum como Igrejas, comunidades de base ou grupos de ação. Freqüentemente não se tem dado a este fato surpreendente a devida importância. Além disso, nós aprendemos a descobrir o significado das palavras de Pedro em sua carta: “Antes santificai a Deus, o Senhor, em vossos corações, e estai sempre preparados para apresentar defesa, com mansidão e reverência, ante todo aquele que vos pergunte a razão da esperança que há em vós” (1 Pedro 3.15). Não me refiro aqui às importantes reflexões teológicas que encerra a frase “dar razão da esperança que há em vós”, mas, antes, ao modo como as Igrejas têm encorajado o diálogo com pessoas de outras religiões e ideologias, e mesmo com pessoas que não professam nenhuma delas. A natureza desse diálogo é o que expõe Pedro. Da mesma maneira que respeitamos Cristo, devemos respeitar aqueles com quem dialogamos. Num sentido profundo, Cristo está presente junto à pessoa que espera algo de nós. Por isso, devemos estar dispostos a escutar o nosso próximo, para recebermos dele Cristo, uma palavra de juízo e de promessa. Nossos critérios serão as Escrituras; devemos aceitar que se renove a nossa fé quando pedimos ao Espírito Santo que ilumine os outros. Dentro deste espírito, as Igrejas e os cristãos estão se renovando para serem comunidades confessantes, facilitando, assim, a construção da “casa de pedras vivas”.

Em segundo lugar, chegamos a uma nova compreensão das Igrejas como comunidades de aprendizagem, embora essa função tenha sido, logicamente, uma característica da Igreja desde a sua origem. Pedro emprega uma imagem muito vívida para descrever o que acontece aos que são batizados, aos que, tal como na igreja primitiva na véspera da Páscoa, se despojam de suas vestes e entram nas águas do batismo, e são crucificados com Cristo, e saem das águas em Cristo ressuscitado, e se vestem com novas vestes. Precisamente antes de falar da casa de pedras vivas, diz Pedro:

“Despojando-vos, pois, de toda maldade, de todo engano, de hipocrisias e invejas, e de toda sorte de maledicências, desejaí, como crianças recém-nascidas, o leite espiritual não adulterado, para que, por ele, cresçais para a salvação, se é que já haveis experimentado a benignidade do Senhor” (1 Pedro 2.1-3).

O cristão é como uma criança recém-nascida que do fraco seio de sua mãe tenta avidamente obter o alimento que lhe permitirá crescer e tornar-se uma pessoa completa. Aprender é esse processo íntimo de experimentar a benignidade de Deus, o que ele fez e o que deseja que se faça para que o mundo se converta num verdadeiro lar (*oikos*). Pedro cita implicitamente o Salmo 34, que descreve como descobrimos a bondade de Deus nas dores da nossa existência com nossos semelhantes, no mundo. Aprender da Bíblia é um processo pelo qual as pessoas se relacionam com Deus e com o seu caminho de verdade, justiça e paz, a fim de que possam, obedientes, seguir por esse caminho em suas relações mútuas e estendê-lo às relações entre as nações. Disse Moisés:

“...Javeh me disse: Reúne-me o povo, para que Eu os faça ouvir as minhas palavras, as quais aprenderão (Ramad), para temer-me todos os dias que viverem sobre a terra, e as ensinarão aos seus filhos... Ordenou-me também Javeh, naquele mesmo tempo, que vos ensinasse as leis e os preceitos que deveis observar na terra que ides possuir” (Deuteronômio 4.10, 14).

O profeta Isaías pede a Deus:

“Com minha alma te desejei durante a noite, e enquanto dure o espírito dentro de mim, madrugarei buscando-te; porque, quando os teus juízos se exercem na terra, os habitantes do mundo (enoikountes, em grego) aprendem a justiça” (Isaías 26.9).

Essas e muitas outras passagens do Antigo e do Novo Testamento nos mostram que aprender não significa simplesmente adquirir conhecimentos e práticas, ou estar preparado intelectualmente, ou, então, saber de cor algum catecismo doutrinal. Significa, muito antes, que, com todo o nosso ser e com todas as outras pessoas, nos colocamos em relação com Deus através da revelação que ele nos faz de si mesmo. Assim, o nosso horizonte se amplia e se fortalece a nossa vontade de estar em harmonia com Deus e com o nosso próximo, em palavras e obras. Isaías aponta claramente a motivação geral da aprendizagem ao dizer que, quando o crente aspira a Deus — como a criança aspira ao seio da mãe —, essa aspiração não se refere unicamente ao indivíduo ou à sua esfera social, mas situa-se no âmbito da *oikoumene* e abrange todos os que nela habitam e cuja vida deve ser regida pela justiça, isto é, pelas relações justas com Deus e com o próximo. Aprender implica ter consciência global da vontade de Deus e de seus caminhos. Este é um conceito extremamente difícil de comunicar através dos meios públicos de informação e das estruturas e programas educacionais. Por isso, não é de admirar que o Conselho Mundial tenha feito finca-pé no aprendizado ecumênico durante todos estes anos. Todos os seus programas e reuniões constituem meios para que as pessoas possam receber a palavra de Deus no âmbito das duras

realidades do nosso mundo. Conseguem-no abrindo seu coração uns aos outros, e estando dispostos a superar o seu costumeiro modo de pensar e de agir. Esta Assembléia é um exemplo vivo do que significa o aprendizado ecumênico. As numerosas visitas de equipe entre as nossas Igrejas — que foram de grande ajuda na preparação desta Assembléia — são também um bom exemplo desse aprendizado que constitui condição prévia indispensável para qualquer forma de atuação eficaz pela causa da verdade, da paz e da justiça, bem como para a formação de uma verdadeira comunidade. Devemos reconhecer, entretanto, que esta percepção do aprendizado não foi devidamente assimilada nos programas do Conselho e que as próprias Igrejas não adotaram suficientemente as experiências e perspectivas que receberam através do processo de aprendizagem ecumênica. E, enquanto não levarmos a sério essa aprendizagem, não conseguiremos ser a casa de pedras vivas.

Em terceiro lugar, pudemos ver com clareza que as Igrejas deveriam ser uma comunidade de participação. Na realidade, as duas palavras “comunidade” e “participação” se empregam da mesma maneira no Novo Testamento grego (*koinonia*). Esse termo significa uma comunidade que está unida no apoio, na participação e no serviço mútuos. Na imagem da casa de pedras vivas Pedro utiliza um outro símbolo de *koinonia*. Fala em “*sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por intermédio de Jesus Cristo*” (1 Pedro 2.5), e depois o descreve como “*um sacerdócio real*” (1 Pedro 2.9).

Um dos maiores méritos da Reforma iniciada por Lutero foi a conclusão, baseada nessa mesma palavra de Pedro, de que todos nós — mulheres e homens, igualmente — somos um único sacerdote diante de Deus, que Lhe oferecemos a vida do mundo e recebemos a sua por intermédio do sacrifício eucarístico de Cristo pela vida do mundo. Porém, um dos aspectos curiosos na história de nossas Igrejas é que a convicção de que somos um sacerdócio santo, consagrado, um sacerdócio que deve sua lealdade ao Rei ou Soberano de nossas vidas, degenerou numa espécie de religião pietista e individualista. Isso, por um lado, destruiu o sentido da nossa responsabilidade mútua e do nosso vínculo comum com casa de pedras vivas e, por outro, expôs as Igrejas a diversas formas de exclusivismo institucional e hierárquico, com uma concentração do poder numa burocracia alheia a tudo o que Deus ordenou e prometeu ao seu antigo povo de Israel: que este seria o dono de toda a terra e constituiria um reino de sacerdotes (Êxodo 19.6). Deus quis que o seu povo agisse como sacerdote do Rei e Soberano da terra, sustentando-a e cuidando dela como Ele cuida do seu povo. Em vez disso, seguimos os caminhos dos soberanos da terra e criamos, nas Igrejas, estruturas de poder estratificadas e petrificadas, privando-nos do nosso verdadeiro sacerdócio para o mundo e da nossa qualidade de pedras vivas, dinâmicas, empregadas para edificar uma casa para todos, que seja cada vez mais habitável.

Essa tem sido uma preocupação permanente do movimento ecumênico. Temo-nos recordado mutuamente que a Igreja é, como o afirma Pedro, o povo (*laos*) de Deus, e não primordialmente os ministros ordenados que, embora indispensáveis, constituem menos de 1% da casa de pedras

vivas. Temo-nos esforçado por estimular as Igrejas a reconhecerem que os jovens não são a Igreja de amanhã, e sim a de hoje. Com maior insistência, nestes últimos anos temos tratado, não sem dificuldade, de chegar a um acordo sobre o fato de que a casa de pedras vivas é uma comunidade de mulheres e homens que desempenham um ministério comum de testemunho e serviço ao mundo. Recordamos que o primeiro relato que possuímos da ceia do Senhor, a que chamamos a Sagrada Comunhão, nos é dado por Paulo quando repreende os ricos, membros da classe alta da igreja de Corinto, por excluir dela os membros mais pobres e socialmente menosprezados (1 Coríntios 11.17-34). Estamos aprendendo, também, a reconhecer o direito e o privilégio que têm aqueles que estão impedidos de participar, como membros vivos, do Corpo de Cristo.

Nossa comunhão no corpo e no sangue de Cristo, nossos sacrifícios espirituais, o oferecimento do dom do Espírito que recebemos, tudo isso exige que exorcizemos a heresia do poder e da autoridade do magistério da Igreja, e que constituamos um verdadeiro sacerdócio de todos os cren tes, ordenados ou leigos, entre os quais o uso dos dons e o exercício das funções não seja algo imposto, mas algo mutuamente aceito. Na medula das nossas divisões encontra-se essa disparidade e essa concentração de poder na vida das Igrejas, o que menoscaba a nossa credibilidade num mundo altamente individualista e ávido de poder. Por conseguinte, o desafio que as Igrejas e o Conselho têm pela frente consiste em determinar até que ponto estamos dispostos a obedecer às convicções da nossa fé para constituirmos, efetivamente, um sacerdócio de toda a casa de pedras vivas, dedicado a Deus e à sua soberania, compartilhando os Seus dons na medida em que os oferecemos ao mundo. Isto é o que implica ser uma comunidade de participação, na qual exercemos nossa função sacerdotal, estando junto aos outros e no meio deles, com amor.

Em quarto lugar, temos tido a felicidade de ver que as Igrejas podem constituir uma comunidade que compartilha. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o Conselho Mundial de Igrejas ainda estava em formação, as Igrejas têm demonstrado uma nítida vontade de compartilhar os seus recursos como prova de que constituem uma casa de pedras vivas, superando as barreiras de divisão interpostas pela guerra e pelos conflitos políticos, e atendendo às necessidades humanas, onde quer que surjam, sem nenhum outro estímulo, senão o de um amor sólito. Encorramo-nos, agora, dentro do próprio Conselho, num difícil processo de elaboração de meios que nos permitam mostrar o caráter inter-relacionado do nosso compartilhar os recursos materiais, técnicos e, sobretudo, espirituais.

Mais uma vez, Pedro desenvolve a sua imagem da casa de pedras vivas, exortando as igrejas da diáspora:

“*Acima de tudo, porém, tende amor intenso uns para com os outros, porque o amor cobre multidão de pecados. Hospedai-vos uns aos outros, sem murmuração. Cada um, conforme o dom (charisma) que recebeu, sirva aos outros, como bons administradores (oikonomoi) da multiforme graça (charis) de Deus*” (1 Pedro 4.8-10).

A graça de Deus, o amor pelo qual ele se dá a si mesmo, têm sido manifestados em Cristo que entregou o seu corpo e o seu sangue por nós e pelo mundo. Nós, que o recebemos, compartilhamos a sua graça mediante os seus dons (*charismata*). Esses dons destinam-se ao bom funcionamento da casa (*oikos*). Por isso somos chamados administradores (*oikonomoi*), “ecônomos”, cuja concepção básica da política é o amor. Pedro também nos recorda que Cristo assumiu os nossos pecados em seu corpo, o que significa que podemos morrer para nossa rebeldia egoísta contra Deus para que “vivamos para a justiça” (2.24). Esta palavra, *tsedeq*, na língua hebraica em que se formou Pedro, tinha o sentido de relações justas com Deus, e, por conseguinte, com os outros: a relação de compartilhar a vida que Deus nos deu.

Tornou-se moda acusar o Conselho e algumas Igrejas de intervirem demasiadamente em questões sociais e econômicas. Essa mesma acusação levanta o problema de como se comportam as próprias Igrejas entre si e em suas comunidades. Há muito pouco intercâmbio fraterno real no seio das Igrejas e entre elas — não só de recursos materiais e técnicos que tanto nos obsediaram a mente, mas de todos os dons de graça que recebemos. No movimento ecumênico aprendemos que a desunião das nossas Igrejas resulta, em grande parte, da nossa incapacidade de tornar patente esse intercâmbio autêntico de dons no amor recíproco. Tendemos a aferrar-nos excessivamente às formas herdadas e egoistas de poder e prestígio, e sobretudo, ao hábito paralisante da auto-suficiência ou da mendicidade obsequiosa.

Há mais um elemento nesta comunidade que compartilha.

Nas Igrejas, e em torno delas, há grupos ou comunidades cristãs que procuram empregar os dons do Espírito de modo a servirem à renovação e ao enriquecimento de todos, freqüentemente, a ponto de sofrer e inclusive morrer por isso. Entretanto, os dons desses grupos não são bem compartilhados, nem entre os próprios grupos, nem com as Igrejas de cada país. Às vezes, as Igrejas se mantêm muito afastadas deles, e o mesmo acontece entre eles e as autoridades eclesiásticas. Este é um assunto de particular gravidade para o Conselho, pois a maioria de seus programas se realiza com grupos ativos que têm a coragem de utilizar os seus dons em prol da vida do mundo, de maneira pessoal e árdua. Com freqüência, isso tem exacerbado as relações entre as Igrejas e o Conselho. Como sair deste atoleiro? Como construir juntos uma comunidade de participação, tendo presente que a comunidade e o compartilhar são, de fato, uma só realidade — *koinonia* —, comunhão no Corpo de Cristo para a vida do mundo? Esta é uma das questões fundamentais, que espero ver abordada na atual Assembléia.

Em quinto lugar, aprendemos que as Igrejas são chamadas a ser uma comunidade de cura. O Conselho e as Igrejas têm recebido uma grande ajuda para compreender isso, graças às diversas consultas realizadas no mundo todo sobre o tema “Saúde Integral”. Segundo a concepção prática de saúde, que já vai abrindo caminho, esta é “...um estado dinâmico de bem-estar do indivíduo e da sociedade; de bem-estar físico, mental, espiritual, econômico, político e social; de harmonia com os demais, com o meio físico e

com Deus”. Este enfoque integral da saúde, que cativou a nossa atenção, é o mesmo que nos foi revelado pelo ministério de cura exercido por Jesus.

Os cientistas descobriram que a matéria, e especialmente o corpo, não constitui um fenômeno mecânico que pode ser objeto de tratamento quando uma parte qualquer do mecanismo não funciona devidamente. O corpo é, na realidade, um organismo no qual corpo e espírito, nosso meio social e natural, desempenham um papel decisivo. Temos que poder participar no processo de compreensão da relação existente entre a casa de nossos corpos e a casa de nosso meio ambiente. Devemos poder participar no processo de cura, mobilizando os elementos mais fortes em apoio aos fracos. Acima de tudo, é essencial para a saúde que o nosso ser, em sua totalidade, esteja em comunhão viva com Deus — ainda que o corpo morra. Há um modo são de morrer, e há outro que não o é.

Essa visão da saúde põe em questão as separações que temos criado com os nossos atuais modos de ver o mundo e de agir, quer na Igreja, quer na sociedade. Separamos a alma do corpo, o espírito da matéria, o pensamento racional dos sentimentos. Esses dualismos fizeram estragos no nosso mundo, e ainda mais nas Igrejas que os converteram em sistemas de dogmas, normas éticas e atitudes a respeito das pessoas e da sociedade, totalmente alheios ao nosso patrimônio bíblico e especificamente cristão. Continuando com a imagem das pedras vivas, Pedro cita Isaías 53, referindo-se ao fato de que, pelas chagas da entrega de todo o seu ser feita por Cristo, fomos sarados (2.24), precisamente quando nos convida a viver para a retidão e a justiça, em boas relações com Deus e com o próximo e, temos de acrescentar, com o nosso meio ambiente.

A imagem da casa de pedras vivas é aqui de grande interesse porque exige de nós que compreendamos a nossa vida como Igrejas, cuja edificação é feita com pedras vivas, ajustadas umas às outras e funcionando como um todo, acima da separação que caracteriza a nossa existência. A única separação que mantém a nossa fé é aquela que é santidade (*gadosh*, em hebraico) e que significa nossa total devoção e orientação ao Deus Trino, cujo ser íntimo e cuja manifestação como Pai, Filho e Espírito Santo é de intercâmbio recíproco, de “co-inerência” (*perichoresis*, no pensamento cristão grego) no seio da vida divina. Essa “co-inerência” é que nos dá, em nossa vida em comum, a plenitude e a paz (*shalom*), o bem-estar integrado no qual a morte, inclusive, se transforma em vitória.

A este respeito, as Igrejas e o Conselho hão de levar a termo um grande trabalho de reformulação de seus sistemas teológicos e éticos, do seu modo de vida e da sua indiferença ao meio natural (ecologia), que se baseiam em certo tipo de espiritualidade que é, de fato, uma abdicação. A imagem da casa de pedras vivas abrange toda a *oikoumene*, a totalidade do cosmos onde existem as pessoas e todas as coisas vivas.

Em sexto lugar, começamos a prestar bastante atenção à nossa vocação de ser, como Igrejas e como Conselho, uma comunidade de reconciliação. Não devemos esquecer que nos foi dado o ministério da reconciliação (2 Coríntios

5.18), ministério especialmente urgente numa época de intenso enfrentamento em que as nações e os povos, especialmente os poderosos, se lançam mutuamente anátemas e em que somos arrastados, impotentemente, para a aniquilação apocalíptica da *oikoumene*. Como nos lembra Pedro, as igrejas são comunidades em diáspora, minorias apenas toleradas, ignoradas, insultadas ou perseguidas se adotam uma postura favorável à reconciliação. Portanto, quando Pedro exorta essas comunidades dispersas a converterem-se em casas de pedras vivas e a assumirem os sofrimentos de Cristo pelo mundo, pede um corajoso enfrentamento com as forças do mal e a destruição existentes no mundo.

Pedro não omite o fato de que a reconciliação não é possível sem trazer-se à luz, em lugar de ocultá-las, as coisas contrárias ao designio de bem que Deus tem para a sua criação. Com a imagem da pedra, cita Isaías 8.14-15 (2.8), cuja transcrição, na íntegra, será instrutiva:

“Disse o Senhor: ‘Não chameis conspiração tudo aquilo a que o povo chama conspiração; não temais o que eles temem, nem vos assusteis. A Javeh dos exércitos, a ele santificai; a ele deveis respeitar, a ele deveis temer. Ele será o santuário e a pedra de tropeço para as duas casas de Israel, o laço e a cilada para os habitantes de Jerusalém. Muitos dentre eles vacilarão, cairão e serão despedaçados, serão presos ao laço e apanhados na armadilha’ ” (Isaías 8.12-15).

O profeta Isaías avisava à casa de Israel que não se deixasse seduzir pelos jogos de poder que se desenvolviam entre as nações que a rodeavam, nem fizesse alianças, nem tampouco, por temor, se submetesse a uma parte ou a outra nos conflitos. Devia denunciar os conflitos entre as potências como engaços do designio de aliança de Deus, porque o resultado desses conflitos era que todos seriam despedaçados na rocha do delito contra a vontade e o designio divinos. A análise e a denúncia das causas subjacentes da injustiça e da guerra, bem como o trabalho em prol da solução pacífica dos conflitos, têm sido uma tarefa constante do Conselho.

John R. Mott, o grande pioneiro ecumênico, costumava dizer: “Devemos converter os obstáculos em meios para avançar”. Os caracteres chineses empregados para “crise” são *weiji*, que significam “perigo” e “oportunidade”. Nesses tempos perigosos em que nos reunimos nesta Assembléia, espero que nós, representantes da casa de pedras vivas procedentes da diáspora, adotemos uma posição clara e inequívoca, em concordância com a vontade de Deus de que reinem a paz e a justiça, que estão indissoluvelmente unidas, e que não tenhamos a tentação de tornarmos eco das políticas, condenadas ao fracasso, das nações de onde procedemos. O que está em jogo, aqui, é a credibilidade do Evangelho de reconciliação. A este respeito, é importante recordar que o Sermão da Montanha, que nos chama a esse ministério de reconciliação, termina com a imagem de duas casas: uma edificada sobre a areia, que há de cair, e outra edificada sobre a rocha da paz de Deus. O mundo nos observará para saber se vencemos a prova de ser verdadeiramente uma casa de pedras vivas, edificada sobre a rocha da fé em Deus, que deseja a paz para todos

e o direito de todos os seres humanos de viver de forma autêntica e plena, seja qual for o seu credo, sexo, raça, classe ou nação.

Em sétimo lugar, temos tentado prestar atenção à súplica de nosso Senhor para que sejamos uma comunidade de unidade. Menciono agora esta vocação e esta tarefa central do movimento ecumênico e das Igrejas, porque muitos são os que estão dispostos a dizer que o Conselho é diferente à nossa missão fundamental de conversão, naquilo que somos, na ação de Deus em Cristo: uma casa de pedras vivas que oferece o sacrifício da própria vida pela unidade da *oikoumene*. Pelo contrário, aqui, precisamente, menciono essa vocação essencial das Igrejas, porque tudo o que eu disse anteriormente se referia à confissão da Igreja que é una, santa, católica e apostólica.

Podemos afirmar que fizemos notáveis progressos no caminho da unidade, principalmente nestes trinta e cinco anos. Começamos timidamente e cheios de desconfianças mútuas, ajustando um pacto pelo qual nos comprometímos a permanecer juntos. Tentamos descrever, entre nós e com toda a franqueza e honestidade possíveis, os grandes bloqueios doutrinários da unidade. Daí passamos a examinar a unidade que nos foi dada no Cristo indiviso, cuja vida crucificada e ressuscitada compartilhamos, e nos comprometemos a deixar que esse Cristo fizesse seu trabalho entre nós, procurando responder-Lhe com obediência. Desde então, temos expressado a meta da unidade em cada um e em todos os lugares, bem como em todas as épocas, numa comunidade eucarística manifestada no culto e na vida comum em Cristo, para que o mundo creia. Temos ido mais longe: entabularam-se conversações bilaterais e multilaterais entre as diferentes comunhões, e o Conselho colaborou para reuni-las, todas, numa mesma tribuna, a fim de que possamos avaliar quem somos e para onde vamos. Vemos que o caminho em frente passa pelo labor em prol da comunidade conciliar, expresso de vários modos, por mais fracos que sejam, tanto no Conselho Mundial como em outros lugares. Pedimos agora às Igrejas que facilitem o desenvolvimento de um processo pelo qual as congregações possam participar na recepção de declarações convergentes sobre o Batismo, a Eucaristia e o Ministério.

As reações recebidas até o momento, nessa longa marcha para a unidade, são contraditórias. Não resta dúvida, porém, de que elas se caracterizam pelo fato de que as Igrejas ainda não avançaram, na evolução que lhes permitirá converterem-se numa comunidade de confissão, aprendizagem, participação, partilha, cura e reconciliação, o bastante para estarem prontas a superar os obstáculos que entre elas criaram divisões profundas. A unidade é a constante incorporação das pedras vivas à casa do Deus vivo, e não se baseia em adaptações feitas dentro de algumas estruturas estáticas. A unidade é um processo inter-relacionado em que estão comprometidas as Igrejas da diáspora.

Espero, pois, que, para julgar todo o trabalho desta Assembléia, se analise se o que diremos e decidiremos aqui promove, ou não, a unidade do povo de Deus, como casa de pedras vivas e como sinal e sacramento do designio de Deus (*oikonomia*) de unir todos os povos, como *oikoumene*.

ne regida pelas normas de amor do Deus que é uno, Pai, Filho e Espírito Santo.

Finalmente, aprendemos de novo, durante estes anos, que as Igrejas são uma comunidade de esperanças. Para elas, sua existência não é um fim em si mesma. Estão destinadas e foram chamadas a ser um sinal do Reino de Deus. A oração constante das Igrejas é: “*Venha a nós o teu Reino. Faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu*” (Mateus 6.10). A imagem da casa de pedras vivas da primeiria Carta de Pedro, que vimos seguindo, se baseia num ato de celebração:

“Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo que, segundo a sua grande misericórdia, nos regenerou para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança incorruptível, imaculada e imarcescível, reservada nos céus para vós, que sois guardados pelo poder de Deus mediante a fé, para alcançar a salvação que está preparada para revelar-se no último tempo” (1.3-5).

Ver-nos-emos, nesta Assembléia, oprimidos pelos perigos que o nosso mundo enfrenta. Alguns de nós podem ser tentados a adotar uma atitude resignada, como se apenas fosse necessário conservar a fé e deixar que o mundo desapareça envolto em chamas. Essa atitude, freqüentemente, vem a par da submissão a mortais políticas militares das potências. Muitos sentir-se-ão impacientes porque não fazemos o bastante — ou com a devida urgência — para proclamar o Evangelho ao mundo, para trabalhar em prol da paz e da justiça para todos, ou para conseguir a unidade das Igrejas. Somos chamados a ser firmes em nossa fé e não hesitaremos em falar e agir com audácia, num espírito de esperança e amor.

Contudo, só poderemos fazê-lo celebrando a nossa fé em Cristo, a pedra viva, e como pedras vivas colocadas umas junto às outras para formar a casa de Deus. Nossa culto, nossas orações e nosso compartilhar a fé ocuparão o lugar central de tudo o que dissermos e fizermos. Porém, como diz Pedro às igrejas da diáspora, nossa esperança viva — como regenerados pela palavra de Deus, a qual vive e é permanente (1.23), e como os que percebem que o Senhor é bom — deve fazer-nos participar dos sofrimentos do mundo, tal como compartilhamos os sofrimentos de Cristo. O caminho que se estende diante de nós é, para muitos, uma senda de dor e sofrimento, de perseguição e morte. É o caminho dos fiéis que vivem segundo as obras de Deus, mas é também um caminho de felicidade. Como diz Pedro:

“Regozijai-vos, porquanto sois participantes dos sofrimentos de Cristo, para que também na revelação de sua glória vos alegreis exultando” (1 Pedro 4.13).

O que nos diz tudo isso, sobre a natureza e a vocação das Igrejas e do Conselho? Pouco depois de ter-se constituído este último, realizou-se em Toronto, em 1950, um grande debate sobre “A importância eclesiológica do Conselho Mundial de Igrejas”. Reconheceu-se que o Conselho “re-

presenta um enfoque novo e sem precedentes do problema das relações entre as Igrejas” e que “ele existe para dar um fim ao ponto morto que há entre as Igrejas”. Mais de trinta anos depois, podemos dizer que a preocupação e o trabalho do Conselho Mundial tem sido precisamente a vocação das Igrejas: tornarem-se uma comunidade de confissão, aprendizagem, participação, partilha, cura, reconciliação, unidade e esperança. Quais as consequências dessa realidade para as Igrejas e o Conselho?

Podem as Igrejas continuar agindo como se o Conselho pertencesse mais à esfera de suas relações externas que à das internas? Pode o Conselho permitir-se — baseando-se nas decisões de representantes das Igrejas — seguir o seu próprio caminho, com programas e atividades que chegam aos grupos e a outras instâncias, mas que não se aplicam, não se concebem, não se planejam nem se comunicam em todas as etapas com a participação ativa das Igrejas? Podem as Igrejas agir como se existissem isoladas das demais e da sua comunidade no Conselho, desenvolvendo seus programas e atividades com escassa relação com as demais Igrejas do mundo inteiro? Podemos nós continuar agindo como se fôssemos pedras espalhadas ineficazmente, ou estaremos dispostos a converter-nos em pedras vivas, reunidas para serem edificadas como casa do nosso Deus Trino? Não resta dúvida de que a imagem de pedras vivas utilizadas por Pedro nos recorda o fato inelidível de que, somente com a condição de se relacionarem umas com as outras como pedras vivas, as Igrejas descobrirão novas realidades a respeito da sua vocação essencial de ser a Igreja, a casa do Deus Trino. Essa vocação comum requer uma comunidade de confissão, aprendizagem, participação, espírito de compartilhar, cura, reconciliação, unidade e esperança para a glória de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. O trabalho do Conselho Mundial de Igrejas, bem como dos conselhos regionais e locais, é promover essa vocação comum.

Ao reunir-se a Assembléia de Nairóbi, foi dito o seguinte: “*Esta Assembléia terá fracassado em seu propósito se não avançarmos no sentido de uma nova relação de aliança entre as Igrejas-Membros, em todos os planos de sua vida, e o Conselho Mundial, em todos os planos de sua atividade.*” Estas palavras são aqui, em Vancouver, mais urgentes que nunca, especialmente porque, no período transcorrido desde Nairóbi, têm sido tensas as relações entre algumas Igrejas-Membros e o Conselho. Este tem sido severamente atacado pelos meios de informação por causa das medidas que tomou para responder ao mandato da Assembléia e do Comitê Central. Não obstante, nossa comunidade tornou-se mais profunda e mais viva por termos enfrentado aberta e francamente os conflitos, sob a cruz vitoriosa de Cristo.

Não há vida sem compartilhar. Nossa tema, “Jesus Cristo, Vida do Mundo”, é uma clara exortação a deixar que a sua vida penetre a nossa vida em comum, enquanto avançamos, com um espírito de esperança e de jubilosa coragem, em nossa conversão em pedras vivas edificadas como casa (*oikos*) que nos dará a conhecer a *oikoumene* de Deus, que está plena de sua vida.